



SOLIDARIEDADE

*Boas
Festas*

SECTOR SOCIAL E GOVERNO ENTENDEM-SE

Acordo de Cooperação para 2023 e reforço financeiro para 2022

CONGRESSO ELEITORAL

CNIS vai a votos no dia 14 de janeiro



UDIPSS
Lisboa, Setúbal, Leiria,
Santarém e Viseu assinalam
duas décadas de vida



ASSEMBLEIA GERAL
Direção vê Programa
de Ação aprovado apenas
com uma abstenção



PROGRAMA DE ALTA HOSPITALAR
Sector Solidário já
disponibilizou 700 vagas
em ERPI e Lar Residencial

Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



O voluntariado é alma das IPSS

A 5 de dezembro de cada ano, por decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), assinala-se o Dia Internacional dos Voluntários. É escolhido um tema para dar o mote às iniciativas que, em cada país, se realizarem para dar visibilidade e impulsionamento à causa, nesse dia, com evidência mundial. Este ano, o tema é a solidariedade. Pode até parecer uma redundância, na medida em que um dos maiores e mais consistentes alicerces da solidariedade é o voluntariado que tem como fundamento intransponível a gratuidade e não admite motivações egoístas centradas em interesses que não sejam o bem do ser humano e da defesa do planeta que habitamos.

Na sua designação, a Instituição Particular de Solidariedade Social concentra o essencial da sua identidade. Particular por ser singular a sua natureza, ou seja, que vale por si, tem uma legitimidade própria. Essa legitimidade só pode ser posta em causa quando os atos praticados lesam o bem comum. Assim, qualquer IPSS existe por direito natural, que nada nem ninguém deve obstaculizar nem proibir. A negação desse imperativo humano costuma acontecer em Estados governados por regimes ditatoriais, quando os cidadãos dessas nações se organizam para fins não convenientes às decisões opressoras e injustas desses governos. Em Estados onde vigora a democracia seria uma aberração acontecer o mesmo. Por isso, só quem não viveu sob domínios ditatoriais ou desconhece, em profundidade, a história dramática de muitos povos que assim viveram e vivem, é que não dá o devido valor à possibilidade de se poder escolher, livremente, quem seja o mais alto representante, ou o partido político que governa e os que tenham assento no Parlamento, para elaborar e aprovarem as leis do país. Essa liberdade estende-se até à escolha dos que governam as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia ou são seus respetivos deputados. No poder local, felizmente, já os cidadãos se podem candidatar ao sufrágio eleitoral. Mas não é demais lembrar que a plenitude de um regime democrático não se esgota na representatividade, assegurada pelos partidos políticos, embora eles sejam fundamentais para o funcionamento regular da democracia. Na verdade, ela será mais consistente, quanto maior for a colaboração participativa dos cidadãos que, de forma corresponsável e organizada, cumpram com legitimidade os seus direitos e deveres de cidadania, cooperando para o desenvolvimento integral e sustentável das suas comunidades. O Estado, a nível central e local, tem o dever de apoiar, estimular, financiar e monitorizar a ação destas organizações que emanam da sociedade civil e permitem que se cumpra um princípio facilitador do relacionamento de proximidade com os cidadãos que é o da subsidiariedade. Na génese da criação credível de uma IPSS está o bem-estar da comunidade humana que a envolve e, por vezes, de outras, geograficamente, mais próximas. A iniciativa é de mulheres e homens, de confissões

religiosas, ou de outras organizações já constituídas, que se organizam, voluntariamente, para alcançarem esse bem-estar nas suas diferenciadas dimensões. Se fossem registadas em livros as burocracias e outras dificuldades que tiveram de vencer, os departamentos que foi necessário contactar, o número de horas gasto em reuniões, e os meses ou mesmo anos que passaram entre a ideia de criar a IPSS, e a sua aprovação e funcionamento da primeira resposta às necessidades da população, seriam relatos de autênticas epopeias que construiriam, ao longo deste país, autênticas “bibliotecas épicas”. Todo este esforço feito para bem da sociedade. Daí o timbre social deste tipo de instituição. Emergiram da sociedade e uma das suas marcas identitárias está na inteira disponibilidade para tudo o que contribua para que não haja qualquer forma de assimetrias sociais, mas progresso integral.

A solidariedade é, incontornavelmente, o valor humano que maior substância dá à identidade de qualquer IPSS. Quando se colocou a possibilidade, por ventos soprados da União Europeia, das IPSS passarem a chamar-se “Empresas sociais” (questão ainda em aberto), o Pe. José Maia dizia que da palavra solidariedade nem a pinta do “i” lhe tirariam, reforçando, assim, a importância indelével deste princípio ético para as IPSS. A solidariedade é entendida não como um mero sentimento emotivo, mas como um valor humano firme e perseverante que faz com que as pessoas se sintam responsáveis umas pelas outras. O voluntariado é uma das expressões mais exigentes de solidariedade. O voluntário dá, sem remuneração, o seu tempo e o seu saber e, muitas vezes, até dos seus

bens. Nas IPSS, para que a solidariedade tenha ainda maior evidência, o voluntariado não se pode restringir às pessoas que compõem os órgãos sociais. Há que ser criativo para abrir a porta das instituições a quem queira dar de si e das suas competências, com motivações solidárias, e esteja disponível para receber formação em novas áreas e respeitar a identidade, missão e valores da instituição que o acolhe. Para dar esse acesso a quem pretenda ingressar no voluntariado, não faz sentido invocar problemas como o “idadismo” (porque já se é demasiado velho); a infoexclusão; a desconfiança de outras etnias e culturas; o desconhecimento das tradições antropológicas e culturais; a assistência espiritual para quem quiser e de acordo com a confissão religiosa que professar; comunicar com familiares por meios digitais; dar tempo para escutar; atividades ecológicas... Há, porém, dois deveres a respeitar: nenhum/a voluntário/a pode iniciar funções sem ter um seguro de vida e nenhum trabalho voluntário deve substituir a criação de postos de trabalho remunerados, pois isso seria uma ignóbil contradição da solidariedade que se diz praticar.

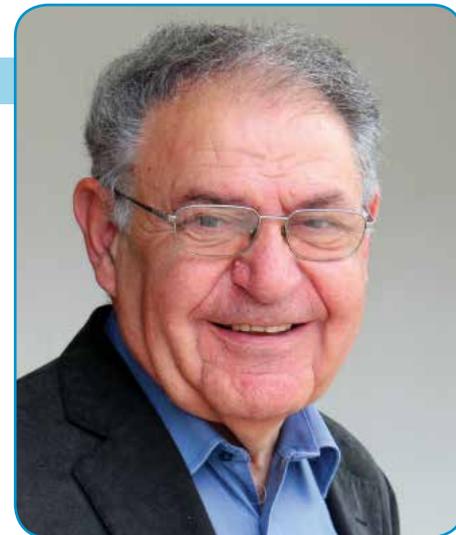
Só as IPSS, com uma adequada gestão de voluntariado, poderiam constituir um grande exército de gente que contribuiria para vencer a cultura individualista predominante e provar que, afinal, ainda há “almoços grátis”.



Voluntariado

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



As IPSS e a Revisão Constitucional

1. Foi constituída na Assembleia da República a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, onde se vão debater os projetos de revisão da Lei Fundamental apresentados pelos vários partidos com assento parlamentar.

Nos termos do artº 286º, 1 da Constituição, as alterações ao diploma terão de ser aprovadas por uma maioria qualificada de dois terços dos votos dos deputados em efetividade de funções – o que significa que, dada a atual composição do Parlamento, nenhuma proposta passará sem o apoio do PS e do PSD.

Estes dois partidos já se encontravam, desde a liderança de Rui Rio, mais ou menos de acordo quanto à oportunidade de uma dita “revisão cirúrgica”, limitada à conservação dos metadados e à cobertura constitucional para a tomada de decisões limitadoras dos direitos, liberdades e garantias, em caso de pandemia.

Mas, entretanto, vários outros partidos entregaram propostas de revisão mais alargada e o processo de revisão constitucional assumiu uma dimensão que não fora a inicialmente prevista, vindo o PS e o PSD a afastar-se do figurino minimalista inicial e a apresentar, também eles, projetos que vão para além dos dois domínios referidos.

Uma revisão constitucional é sempre um processo onde confluem oportunidades e ameaças.

No que às Instituições Particulares de Solidariedade Social respeita, as revisões constitucionais passadas têm trazido mais vantagens do que prejuízo, na medida em que reforçaram a sua identidade e realçaram a sua missão.

A norma fundamental relativa ao enquadramento das IPSS no texto da Constituição era, na versão inicial, de 1976, o artº 63º, nº 3, e estipulava o seguinte: “3. A organização do sistema de segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado.”

Era uma definição do seu papel pela negativa: “não prejudicará”; eram toleradas, regulamentadas e fiscalizadas.

As sucessivas revisões constitucionais afeiçoaram essa definição primitiva, salientando-se a revisão de 1989, que passou a reconhecer a constituição de IPSS como um direito, embora mantendo a tónica na regulamentação e fiscalização pelo Estado; e a revisão de 1997, que aprovou a atual formulação, agora com o nº 5 do citado artº 63º: «5. O Estado apoia e fiscaliza, nos termos da lei, a atividade e o funcionamento das instituições particulares de solidariedade social e de outras de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo, com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social consignados, nomeadamente, neste artigo, na alínea b) do n.º 2 do artigo 67.º, no artigo 69.º, na alínea e) do n.º

1 do artigo 70.º e nos artigos 71.º e 72.º».

Esta revisão de 1997 retira o dever da regulamentação pelo Estado como obrigação constitucional e faz acrescer ao núcleo do artigo uma nova vertente, consagrando o dever de apoio do Estado no que respeita à prossecução, pelas Instituições, dos objetivos de solidariedade social identificados no mesmo preceito.

Este dever de apoio para a prossecução dos seus objetivos constitui a garantia constitucional do modelo português de proteção social, designadamente no que toca à prestação de cuidados através de uma rede nacional de serviços e respostas sociais, desenvolvidas e administradas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Não obstante esta norma constitucional constar do artº 63º, que tem como epígrafe “Segurança Social e Solidariedade”, o certo é que a parte final do mesmo preceito alarga o âmbito das atividades credoras de apoio às que as Instituições desenvolverem no que respeita ao apoio à família, designadamente ao “Promover a criação e garantir o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais de apoio à família, bem como uma política de terceira idade” (artº 67º, 2.; b), e também no apoio à infância, com particular ênfase na proteção de menores em risco (artº 69º), o mesmo se dizendo relativamente às atividades de tempos livres para os jovens (artº 70º, 1., e), bem como no apoio e integração das pessoas com deficiência (artº 71º) e à população idosa (artº 72º).

2. O artº 63º da Constituição, e mais especificamente o seu nº 5, vai a debate na Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Pelo menos o Bloco de Esquerda integra esta disposição na proposta de revisão, pelo que poderemos conhecer melhor as posições dos vários partidos quanto ao papel das IPSS na prestação de cuidados e na rede de proteção social.

A alteração proposta pelo BE, embora mantendo o apoio e fiscalização do Estado à atividade das IPSS, restringe-o ao âmbito da segurança social e da solidariedade, em sentido estrito, retirando-lhes as competências conferidas por algumas das disposições acima referidas – artº 67º, 2., b), artº 70º e artº 71º.

Essas competências passariam para “um Serviço Nacional de Cuidados”, desenvolvido “pelo Estado, universal e geral, com gestão descentralizada e participada, com vista a garantir o acesso de todos os cidadãos ... aos cuidados em situação de dependência com vista à prossecução dos objetivos consignados, nomeadamente, na alínea b) do nº 2 o artº 67º e nos artigos 70º e 71º.”

Reforçando esse pendor, o mesmo projeto de

revisão constitucional prevê como incumbência do Estado “Criar uma rede pública de educação para a infância e assegurar o direito universal à creche e à educação pré-escolar (artº 74º, d).

Não é esse, no entanto, o ar do tempo.

Pelo contrário, a solidariedade vem escapando do espartilho que a acomodava como uma dimensão estrita da Segurança Social, constituído cada vez mais um eixo transversal das políticas públicas que, nas sociedades modernas, devem discriminar positivamente os mais desprotegidos.

Ente nós, e mais recentemente, a tradução dessa transversalidade encontra-se no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social- instrumento multilateral que estendeu a campos e domínios novos das políticas públicas o papel que as IPSS devem desenvolver para diminuir as desigualdades entre os cidadãos.

O Pacto define que a cooperação do Estado e dos Municípios com as Instituições deve alargar-se à intervenção social no âmbito das atribuições da Presidência do Conselho de Ministros, da Economia e Transição Digital, das Finanças, da Administração Interna, da Justiça, da Modernização do Estado e da Administração Pública, do Planeamento, da Cultura, da Educação, da Saúde, do Ambiente e Ação Climática, das Infraestruturas e da Habitação e da Coesão Territorial.

Para além do Trabalho, do Emprego e da Segurança Social, naturalmente.

3. De modo que a questão a pôr no seio da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional não será tanto, como querem alguns, esvaziar as atribuições das Instituições de Solidariedade no esforço coletivo para o desenvolvimento mais justo e harmonioso do nosso País e para a correção das desigualdades, mas a de potenciar as imensas virtualidades desta rede capilar de proximidade a que pertencemos, conferindo uma dimensão de solidariedade às diversas dimensões da generalidade das políticas públicas.

E pergunto-me se, em vez de reduzir ou enfraquecer a expressão das IPSS no texto constitucional, não seria de os agora constituintes organizarem com outra autonomia e especificidade, na estrutura desse texto, o papel destas Instituições, como instrumento de Estado no desenvolvimento das políticas públicas e na impregnação delas pelos valores da solidariedade.

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA AÇÃO SOCIAL PARA AS AUTARQUIAS

CNIS aponta para cerca de mil despedimentos no âmbito do acompanhamento ao RSI e SAAS

Segundo o presidente da CNIS, as IPSS que fazem o acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI) e do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) podem deixar de prestar esse serviço, devido à transferência de competências, “o que poderá implicar despedimentos”, afirmou o padre Lino Maia, à Rádio Renascença (RR).

“Vai haver despedimentos por parte das instituições que estão a acompanhar estas competências”, porque “transferindo-se (essas competências) para as autarquias e se as autarquias assumirem na plenitude estas competências, se não celebrarem acordos com as instituições, as instituições terão que despedir pessoal”, afirmou aos microfones da RR.

O padre Lino Maia admitiu que podem estar em causa mais de mil trabalhadores, “cerca de 600 no apoio ao SAAS e um pouco menos no apoio ao RSI”.

A confirmar-se esta situação, a CNIS há muito defende que o Instituto da Segurança Social (ISS) deveria compensar financeiramente as IPSS que vão “ter de indemnizar os trabalhadores a despedir”.

“Não foram as instituições que pediram para exercer estas competências, estes serviços. Foi o Estado que o solicitou às instituições. Na altura, as instituições tiveram de montar serviços, de contratar trabalhadores”, afirmou, sublinhando: “Foi um contrato de iniciativa do Estado e, portanto, o Estado devia compensar as instituições”.

O líder da CNIS lamenta que apareça tudo “numa altura muito má, em que há muitos custos por causa da inflação e da guerra na Ucrânia, e se ainda vamos ter mais custos com despedimentos será de facto um garrote grande para as instituições”.

As competências “para as quais o Estado quis e requereu a cooperação do Sector Social Solidário não pode, agora, ser apenas encarada como transferência do Estado central para o Estado local”, asseverou, frisando: “As instituições são agentes que prestam serviço público, pelo que não é compreensível que o Sector Social Solidário tenha sido ostracizado em todo este processo de transferência de competências. Todos nós sabemos alguns dos problemas com que nos vamos confrontar: desemprego, despedimentos e mais custos”.

Por seu turno, a secretária de Estado da Inclusão refuta o cenário de despedimentos, considerando-o “residual”.

De acordo com Ana Sofia Antunes, a 1 de dezembro, dos 277 municípios abrangidos pela medida, 105 já tinham tomado o leme da pasta da ação social e apenas um havia rescindido contratos com as IPSS.

“O que se passa é: nós vamos fazer a



passagem direta da nossa posição para os municípios. Os contratos mantêm-se com os municípios exatamente nos mesmos termos”, referiu, igualmente à RR, a governante, acrescentando: “Os municípios podem optar por rescindir? Podem. Está sempre na sua margem de autonomia. Aquilo que procuramos garantir com cada um dos municípios foi que isso não vá acontecer”.

A secretária de Estado afirmou ainda desconhecer qual a intenção dos demais municípios que ainda não assumiram as competências, o que podem fazer até abril de 2023 e não até 1 de janeiro como estava inicialmente previsto.

“Não sei dizer, neste momento, dos restantes que faltam entrar, quantos irão rescindir. Tenho a noção de que, pelo menos, dois estão num processo dessa natureza. Portanto, é uma realidade muito pontual”, sustentou.



CONVOCATÓRIA

Nos termos das disposições combinadas dos artigos 27º alínea b), 28, 32º, e 36º dos Estatutos, convoco as Associadas da CNIS. Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, para reunirem em Assembleia Geral, sob a forma de Congresso, em Fátima, no Centro Pastoral Paulo VI, no dia 14 de Janeiro de 2023, pelas 9,30 h, em primeira convocatória, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

9H 30 - Abertura do Congresso
10H 00 – 13H 00 - Acto Eleitoral
13H 00 – 14H 00 - Apuramento do Acto Eleitoral
16H 00 - Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais, Intervenções Institucionais e Encerramento do Congresso

Se à hora da primeira convocatória não estiver a maioria das associadas, a Assembleia Geral terá início quinze minutos depois, pelas 9H 45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, conforme o ponto 2, do artigo 31º, dos Estatutos da CNIS.

Porto, 12 de Dezembro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. José Carlos Borges Batalha)

Rua da Reboleira, 47

4050-492 PORTO

☎ 226 068 614/ 226 065 932 ☎ 226 001 774

E-mail: cnis@cnis.pt

www.cnis.pt / www.solidariedade.pt

CNIS

Lar Conde de Agrolongo em Braga com apoio do Gabinete de Auditoria

O Gabinete de Auditoria da CNIS, a convite da mesa da Assembleia Geral, do Lar Conde de Agrolongo, Braga, apresentou os resultados do trabalho de acompanhamento e suporte dado à IPSS, bem como a proposta de um plano estratégico a adotar para o triénio 2023-2025.

A apresentação decorreu no passado dia 19 de novembro, na Assembleia Geral Ordinária. Em fevereiro de 2021, foi solicitado ao Gabinete de Auditoria da CNIS, pela Direção do Lar Conde de Agrolongo, o apoio para realização de uma auditoria económico-financeira e de gestão. Após uma avaliação estruturada, a instituição manifestou o desejo de avançar com o plano de ação proposto, tendo solicitado ao Gabinete de Auditoria da CNIS que continuasse a dar um apoio firme à IPSS na implementação das medidas identificadas para esse efeito. Durante 18 meses houve um trabalho próximo entre a Direção do Lar Conde de Agrolongo, os seus colaboradores e o Gabinete de Auditoria da CNIS, que deu frutos: O crescimento acentuado da

frequência média mensal, entre junho de 2021 e novembro de 2022; o aumento significativo da mensalidade média mensal por utente; um Resultado Operacional excluindo depreciações (EBITDA) que, em 2022, será positivo pela primeira vez desde 2016; a redução acentuada do custo médio mensal por utente de 2021 para 2022, notória nas três principais rubricas de gastos operacionais (pessoal, fornecimento de serviços externos, custos com mercadorias); a implementação de medidas estruturais que melhoram o cuidado ao utente, garantido melhores serviços e apoio por parte dos colaboradores.

A implementação das medidas apresentadas permitiu alcançar o equilíbrio financeiro da Instituição Lar Conde Agrolongo. No sentido de continuar a garantir este equilíbrio e a trabalhar na defesa dos melhores interesses da Instituição, o Gabinete de Auditoria da CNIS apresentou a proposta do plano estratégico para 2023-2025, com o aval da Direção, que abre perspectivas de elevar a Instituição para um



patamar diferenciador no âmbito da sua missão, assente em três pilares fundamentais: Melhoria da qualidade do serviço prestado; Reabilitação e renovação de infraestruturas a nível arquitetónico; Melhoria das condições de trabalho dos colaboradores.



Dizem que não há lugar para todos. E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas. E a nossa escolha é estar sempre ao lado de quem promove a inclusão. Por isso, escolhemos apoiar as IPSS que têm como missão oferecer oportunidades a quem mais precisa. Se tem projetos aprovados no âmbito dos programas públicos PRR e PARES, conte com o Santander para o adiantamento de incentivos ou financiamento complementar. Porque nós não somos apenas aquilo em que acreditamos. Somos o que fazemos com isso. **Somos as escolhas que fazemos.**

Para o ajudar a escolher a melhor solução, escreva para: economiasocial@santander.pt

Sujeito a aprovação do Banco.

Banco Santander Totta, S.A.

FERNANDO SOUSA, PRESIDENTE DA UDIPSS SETÚBAL

As associadas sabem que à frente de tudo está sempre a defesa dos seus interesses

A União Distrital das IPSS de Setúbal representa cerca de 250 associadas e, ao longo dos seus 21 anos de existência, tem mostrado grande dinamismo. Fernando Sousa é o atual presidente da Direção e deixa nesta conversa muitas questões que importa aprofundar para melhor representar as IPSS, garantindo que a União terá “sempre à frente de tudo a defesa dos interesses das associadas”.

Quais os principais marcos nestes 21 anos de história da União Distrital?

A UDIPSS Setúbal teve alguma dificuldade em se instalar no distrito, pela dificuldade de entendimento entre as IPSS. Então, um conjunto de dirigentes de várias instituições considerou que o caminho seria a constituição de uma organização de proximidade, com o objetivo de auscultar os anseios e pretensões das IPSS e fazê-los chegar à organização de cúpula e ao poder local. Assim, a constituição da UDIPSS Setúbal foi, sem dúvida, um marco importante para as IPSS do distrito, que se viram representadas na estrutura de cúpula. Ao longo dos 21 anos de existência da União Distrital muitos foram os momentos altos levados a cabo pelas Direções e associadas, mas será de destacar, entre outras: Afirmação junto do Poder Local e outros parceiros; Representação nas várias organizações representativas locais e distritais; Festa da Solidariedade 2018; Criação de gabinete jurídico e consultoria; Formação adequada às necessidades e pretensões das associadas. Estas foram algumas das ações e iniciativas, a juntar a tantas outras de pouca expressão, que fizeram com que a UDIPSS Setúbal seja hoje considerada como parceiro de referência no distrito de Setúbal na defesa e afirmação do movimento solidário.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

A UDIPSS Setúbal sempre teve à sua frente dirigentes de grande qualidade, que souberam entender as preocupações das IPSS do distrito, defendendo-as e procurando sempre ter para o movimento solidário distrital as condições necessárias para a sua missão. Foi um legado enorme!

Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

O movimento solidário em Portugal está a passar por momentos difíceis de sustentabilidade financeira, de afirmação e de disponibilidade de dirigentes. É, sem dúvida, um momento bastante difícil, mas que, certamente, com o espírito solidário da população portuguesa será ultrapassado. Não tão rápido como se deseja, mas vamos conseguir.



Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Os maiores desafios que se nos apresentam são aqueles que se referem, entre outros, o encontrar sustentabilidade financeira, meios técnicos para apoio às associadas, manter as parcerias com entidades e organizações locais e nacionais e encontrar dirigentes voluntários disponíveis para continuar a missão da UDIPSS Setúbal.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Setúbal com as IPSS associadas?

A relação da União com as suas associadas é bastante curial e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. As nossas associadas têm confiança nos seus dirigentes e sabem, de um modo geral, que à frente de tudo está sempre a defesa e afirmação dos seus interesses.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

O relacionamento da UDIPSS Setúbal com a nossa Confederação é de respeito e reconhecimento por todo o trabalho (difícil) desenvolvido na qualidade de instituição representativa das

IPSS. Certamente que nem sempre estamos de acordo com algumas decisões tomadas, mas, sempre e em local próprio (Conselho Geral e outros fóruns) e de uma forma construtiva, expomos as nossas ideias e chegamos a consenso. Algum caminho tem sido feito por parte da Confederação junto das associadas (bastante), mas muito ainda falta. Temos a certeza que com as crises que passámos e estamos a passar bastantes ensinamentos foram recolhidos e vão ser pensados e postos em prática. Estaremos disponíveis (como sempre) para colaborar e implementar no distrito as decisões e compromissos assumidos.

Pensam assinalar o 21º aniversário de alguma forma particular? Se sim, o que pretendem fazer?

Em cada dia que passamos ao serviço da causa comemoramos com preocupação essa passagem, mas também comemoramos com alegria por estarmos ao serviço da causa da solidariedade. Não tem sido prática dos dirigentes da UDIPSS Setúbal comemorar em ato público a passagem do aniversário da instituição e não será ainda este ano que o faremos por estarmos em final de mandato. É muito possível que os novos Corpos Sociais o queiram fazer.

JOSÉ CARLOS BATALHA, PRESIDENTE DA UDIPSS LISBOA

20 anos de trabalho, consolidação, resposta e acompanhamento das IPSS associadas

É a maior União Distrital de IPSS (UDIPSS) do país, agregando para mais de 500 instituições do distrito de Lisboa. José Carlos Batalha é o presidente da UDIPSS Lisboa, cargo que assumiu pela primeira vez em 2016, cumprindo atualmente o segundo mandato, e considera que em 20 anos “muito mudou” no Sector Social Solidário, mas “muito há ainda para mudar, refletir e melhorar”. Sobre o passado, sustenta que, para a União Distrital, “estes 20 anos foram de trabalho, consolidação, resposta e acompanhamento das IPSS associadas”.

Quais os principais marcos nestes 20 anos de história da União Distrital?

Muito mudou nestes 20 anos, no país e no Sector da Economia Social. E muito há ainda para mudar, refletir e melhorar. E há três aspetos ainda a melhorar: sustentabilidade das instituições; esclarecer a questão da ‘Tutela’ das IPSS; o diálogo do Sector Social Solidário com o Estado, com o governo e as autarquias. Para a União Distrital, estes 20 anos foram de trabalho, consolidação, resposta e acompanhamento das IPSS associadas. Alguns pontos fortes: Alargamento e fortalecimento das assessorias como resposta às necessidades das instituições; Linha de entendimento colaborativo com a CNIS, que progressivamente se foi fortalecendo e consolidando; Realização de cerca de duas dezenas de seminários, colóquios, conferências, com a presença de membros dos diversos governos, membros do comité económico e social europeu, autarcas, universitários, promotores sociais, instituições de todo o país, abordando diversas temáticas de atualidade.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

Desde o antigo Secretariado Distrital de Lisboa da, então, UIPSS, anterior à constituição da UDIPSS Lisboa, que estou, bem como o José Casaleiro, ao serviço das instituições deste distrito. Muitos foram os que fizeram parte dos diferentes órgãos sociais nestas duas décadas, nesta missão de representação e de apoio, nesta que é a maior organização distrital representativa do Sector Social Solidário. Assumi na tomada de posse, em 2016, que a nova equipa da União Distrital não era um começo, mas uma continuidade. E assim continua a ser. O trabalho que fizeram antes de nós, foi importante para lançar as sementes de uma União que está presente num espaço geográfico tão importante como o do distrito de Lisboa. Claro que depois, e foi o que fizemos e continuamos a fazer, trouxemos novas ideias e estratégias para enfrentar os desafios (que são muitos!) do Sector e para contribuir para a discussão de medidas que garantam a dignidade, relevância e a sustentabilidade das instituições. Só garantindo o futuro das IPSS (e do serviço inestimável que prestam



a crianças, jovens, idosos e famílias) é que podemos honrar o nosso passado.

Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

Desde logo, alguma dificuldade de entendimento com o poder político. Às vezes, parece que estamos a falar de uma realidade (que nós conhecemos do terreno) e o que está vertido na legislação não corresponde, não responde às necessidades ou, mesmo, representa um travão. Podemos falar ainda dos requisitos para as obras em lares e creches, e do rácio de pessoal/utentes que comporta um peso financeiro enorme e que coloca sérias dificuldades às instituições em alturas como a que atravessamos agora, de aumento de preços, energia, etc., vindos de uma pandemia. Um outro obstáculo, e que urge resolver, é o distanciamento das IPSS. A União Distrital tenta, de várias formas, aproximar-se de todas as IPSS, procurando divulgar os serviços e assessoria que presta às associadas, mas há ainda muito trabalho a fazer.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Estar presente para as IPSS associadas, através da Direção e da assessoria técnica que responde às solicitações, mas também através da informação, quer das newsletters informativas, quer através do boletim trimestral que fala das atividades das associadas. A formação tem e vai continuar a merecer muita atenção. As IPSS precisam atualizar os seus recursos humanos. A relação com a Comunicação Social deve ser mais “friendly”, se queremos que a opinião pública se lembre do Sector da Economia Social pelo que faz e vale e não apenas pelas notícias negativas.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Lisboa com as IPSS associadas?

Considero que a UDIPSS Lisboa tem uma relação de proximidade e relevância com as IPSS suas associadas. A Direção procura conhecer e estar presente nas IPSS dos vários conselhos do distrito de Lisboa. Desde sempre procurámos ir ao encontro das associadas, realizando, sistemática e periodicamente, reuniões concelhias, envolvendo também e sempre que possível as respetivas autarquias. Relativamente à reflexão e abordagem de temáticas atuais e relevantes para as dinâmicas das instituições, já referi os diferentes encontros realizados, procurando sempre confrontar as linhas de pensamento da Academia, a perspectiva das entidades oficiais e da Igreja e o sentir feito de experiência da realidade do terreno vivido pelas instituições. Da parte das IPSS associadas, considero que recebemos o reconhecimento pelo nosso papel e importância, enquanto entidade agregadora das instituições do distrito, representando-as junto da CNIS.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

Considero que é de elevado valor. Prova disso está no facto de vários elementos dos órgãos sociais da UDIPSS Lisboa fazerem parte de órgãos sociais da CNIS. Se pode ser melhorado em prol das IPSS Associadas? Penso que tem estado a ser feito tudo o que pode ser feito em defesa das IPSS do distrito de Lisboa.

Pensam assinalar o 20º aniversário de alguma forma particular? Se sim, o que pretendem fazer?

Os 20 anos da UDIPSS Lisboa vão ser assinalados com um debate intenso sobre o que foi feito e o que falta fazer no Sector Social Solidário. Dada a proximidade do processo eleitoral da CNIS, decidimos realizar este debate no início de 2023, em datas a anunciar oportunamente.

JOSÉ COSTA, PRESIDENTE DA UDIPSS VISEU

Formação de dirigentes e trabalhadores tem sido a grande aposta em 21 anos de existência

A 16 de novembro de 2001, em Assembleia Distrital das IPSS viseenses, era criada a União Distrital das IPSS (UDIPSS) de Viseu. José Costa é o presidente da estrutura intermédia da CNIS que, atualmente, congrega 160 instituições do distrito. A formação de dirigentes e trabalhadores tem sido a grande aposta da União Distrital ao longo destes 21 anos, sem descuidar o apoio, nas mais diversas áreas, às instituições associadas. Disso mesmo dá aqui conta o líder da UDIPSS Viseu.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 21 anos de história da União Distrital?

JOSÉ COSTA - Podemos considerar o processo formativo para os trabalhadores em geral das IPSS do distrito de Viseu, assim como dos seus dirigentes e diretores-técnicos, que tem decorrido ao longo dos anos e ainda em curso. Eventos temáticos da maior importância com muita participação de todos os colaboradores e dirigentes das IPSS. Apoio às associadas durante a pior situação do Covid-19 e ainda apoio jurídico, contabilístico e administrativo permanente.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?



Foi um legado muito fácil de gerir, mas exigente, porque os meus antecessores eram pessoas muito competentes e dedicadas à causa.

Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

Como é do conhecimento geral, as UDIPSS vivem exclusivamente das quotas das suas associadas e, por isso, estão limitadas a pequenos orçamentos para poderem fazer mais em prol das suas associadas.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Costuma dizer-se que o futuro a Deus pertence, mas as pessoas que vestem a camisola da solidariedade enfrentam sempre o futuro de forma positiva, com muita esperança e com uma gestão diária dos obstáculos que vão surgindo no caminho. Por outro lado, dar continuidade ao processo formativo com o fim de capacitar os dirigentes e os colaboradores para a melhoria do serviço prestado aos utentes e familiares.

Como caracteriza a relação da União com as IPSS associadas?

A relação com as associadas tem sido exercida de forma totalmente transparente e com muita confiança entre as partes.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

O relacionamento com a CNIS tem sido muito correto, cordial e completamente transparente.

Pensam celebrar o 21º aniversário de alguma forma particular? Se sim, o que pretendem fazer?

Não temos previsto nada em especial porque estamos a apontar algo a realizar para 25º aniversário, em 2026.

UDIPSS PORTO

Celebração do 20º aniversário lança olhar ao futuro do Sector Social Solidário

A UDIPSS Porto assinalou o seu 20º aniversário, no final do mês de novembro, com um evento que, para além do habitual momento institucional, contou com uma atuação do músico Tiago Nacarato.

O momento institucional foi marcado por uma reflexão sobre o futuro do Sector Social Solidário, para a qual contribuíram Rui Leite de Castro, presidente da UDIPSS Porto, e o padre Lino Maia, presidente da CNIS e primeiro líder da União Distrital do Porto.

Segundo Rui Leite de Castro, ao longo dos últimos 20 anos a União tem feito um caminho de consolidação, sempre “com o objetivo de ajudar e suprir as necessidades das suas Associadas”.

Para o presidente da UDIPSS Porto, é nas questões emergentes do dia-a-dia, mas também no apoio a decisões de longo prazo, que a ajuda tem sido prestada. Um dos objetivos prioritários tem passado pela recolha e difusão de “toda a legislação que vai sendo publicada sobre o Sector Social”, bem como da restante informação de primordial importância para as associadas.

Crete num futuro “com esperança e confiança, apesar dos tempos difíceis que se aproximam”, o presidente da União do Porto destacou a transição para energias renováveis como um dos importantes fatores de custo e preocupação para as instituições.

O Presente da Direção refere ainda como tarefa decididamente inadiável,

Não deixando de enaltecer o trabalho de todos os dirigentes, trabalhadores e voluntários, que têm contribuído para o desenvolvimento de cada uma das IPSS do distrito do Porto, Rui Leite de Castro apontou como prioridade “encontrar na comunidade pessoas capazes e decididas para tomar as rédeas das instituições”, sublinhando: “Só com instituições fortes, capazes e sustentáveis teremos uma União informada, resoluta e com as capacidades necessárias para desenvolver a sua ação e o serviço às suas associadas. A UDIPSS Porto é o vosso reflexo. O vosso sucesso é o nosso sucesso”.

Não podendo estar presente, o Presidente da República enviou uma mensagem em que

realçou a importância das Uniões Distritais.

“Poder-se-ia questionar a utilidade de uma estrutura intermediária, ao nível distrital, sabendo da existência de tantas outras estruturas de âmbito nacional às quais as instituições pertencem”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa, sublinhando a sua importância, “porque se trata também, e sobretudo, de uma rede de proximidade”.

Até, porque no entender do Presidente da República, apenas esta proximidade permite respostas sociais “mais assertivas, porque mais capacitadas, descentralizadas e humanizadas”.

Refira-se que a UDIPSS Porto congrega mais de 400 instituições, que contam com cerca de 15.000 trabalhadores, promovendo 1.200 respostas sociais, que alcançam cerca de 247.000 beneficiários.

Na cerimónia participaram ainda o padre Jardim Moreira, membro da Direção do Secretariado Distrital do Porto (que antecedeu a UDIPSS), e Maria Rosário Loureiro, diretora-adjunta do Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social.

CENTRO DE RECURSOS PARA A INCLUSÃO

Humanitas critica inércia do Ministério da Educação para resolver falhas do sistema

A Humanitas – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental considera urgente que o Ministério da Educação clarifique o enquadramento dos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI).

Enquanto membro da Comissão de Acompanhamento dos CRI, a Humanitas pretende soluções para o modelo de funcionamento e financiamento daquela resposta e o estabelecimento de uma relação clara e transparente.

“Não podemos continuar com esta indefinição sobre o enquadramento dos CRI nas escolas. O Ministério da Educação tem de definir, de uma vez por todas, qual o nosso papel na escola inclusiva, de modo a deixar isso transparente para nós e para toda a comunidade educativa”, sustenta Helena Albuquerque, presidente da Humanitas, acrescentando: “Temos de ter condições para poder programar estratégias de atuação e de gestão compatíveis com as necessidades a que há que dar resposta, o que não tem acontecido”.

Segundo aquela dirigente, “os técnicos dos



CRI enfrentam diariamente uma contradição entre as funções exigidas no famoso decreto 54/2018, onde estes surgem com a principal função de criarem um ambiente escolar inclusivo com a realização de ações de sensibilização e formação da comunidade educativa, com o que se verifica na prática com as necessidades sentidas no terreno pelas direções dos Agrupamentos que têm primordialmente solicitado a estas equipas apoios terapêuticos individualizados”.

Após ouvir dezenas de técnicos de CRI das suas mais de 40 associadas em todo o país,

Helena Albuquerque refere que são notórias as várias falhas existentes no sistema atual e “a inércia do Ministério da Educação para as resolver”.

Em relação aos recursos humanos, a Humanitas constatou que “os CRI têm extrema dificuldade em recrutar técnicos que aceitem trabalhar nas condições existentes”, pelo que há CRI “que não têm terapeutas mesmo tendo horas imputadas e verbas para os contratar”.

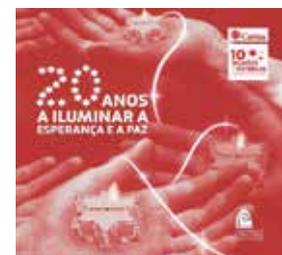
No entanto, apesar de haver horários completos para terapeutas, “estes não aceitam trabalhar no CRI”, porque “as instituições não podem garantir a continuidade e a estabilidade deste corpo laboral” uma vez que os acordos são anuais.

“Todos os anos contratamos e todos os anos despedimos”, lamenta Helena Albuquerque.

A Humanitas, em maio de 2022, solicitou uma audiência ao secretário de Estado da Educação, António Leite, mas não obteve até hoje resposta, tendo ainda requerido audiência ao ministro da Educação, João Costa, e também não teve resposta.

CÁRITAS PORTUGUESA

Chega o Natal e chega também «10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz»



Chega a época natalícia e chega também a campanha anual da Cáritas Portuguesa «10 Milhões de Estrelas – um Gesto pela Paz». A iniciativa está em marcha desde o dia 13 de novembro, data em que a Igreja Católica assinala o Dia Mundial dos Pobres.

Assim, a Cáritas desafia todos os portugueses a uma adesão simbólica aos valores da paz, associados à vivência do Natal, pela aquisição de uma «vela estrela» branca ou vermelha, no valor de dois euros.

As verbas angariadas através da

campanha «10 Milhões de Estrelas – Um Gesto pela Paz» são anualmente canalizadas para um objetivo de carácter nacional e outro internacional.

As ações de dimensão social, da rede nacional Cáritas, recebem 80% do contributo angariado, e 20 % serão, pelo segundo ano consecutivo, aplicados em projetos de resposta ao impacto das alterações climáticas no bem-estar e sobrevivência das populações mais vulneráveis nos países lusófonos.

Todos os que pretenderem aderir à campanha

podem adquirir a(s) sua(s) vela(s) junto a uma das 20 Cáritas Diocesanas, nas paróquias aderentes e nas lojas Pingo Doce espalhadas um pouco por todo o país. Este ano, a campanha conta também com o apoio da Associação Nacional das Farmácias que desafiou a sua rede a aderir, constituindo-se, igualmente, como pontos de venda.

Para além destes e de outros pontos locais, as velas podem também ser adquiridas através do portal da Cáritas Portuguesa na internet.

ENTRAJUDA – APOIO A INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Cartão do Voluntariado para se saber quantos voluntários há e onde estão

Quantos voluntários existem em Portugal ou quantas horas fazem de trabalho voluntário são perguntas que vão passar a poder ter resposta com o novo Cartão Nacional de Voluntário, iniciativa da associação Entrajuda.

Segundo a Entrajuda, “o objetivo desta ferramenta é beneficiar todas as entidades promotoras de voluntariado e todas as pessoas que dão o seu tempo por causas”, sendo que o projeto conta, desde o início, com o apoio da Confederação Portuguesa de Voluntariado e da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

O cartão está associado a uma aplicação – desenvolvida pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda – que pode ser descarregada e estará acessível em qualquer dispositivo e que, por sua vez, estará associada a um Portal de Voluntário.

Neste portal há funcionalidades dedicadas aos voluntários (que dispõem de uma área pessoal onde podem consultar o seu percurso no voluntariado e obter as declarações que atestam essa participação) e às organizações promotoras de voluntariado (numa área dedicada, onde podem fazer o registo dos seus voluntários e ter conhecimento das horas de voluntariado prestadas).

De acordo com a Entrajuda, é uma aplicação que irá “permitir a obtenção de estatísticas agregadas do Voluntariado em Portugal, que podem também ser segmentadas por área de intervenção (Solidariedade, Desporto, Cultura, Ambiente, Proteção de Animais, Direitos Humanos)”.

A criação deste cartão nasce da necessidade de gestão e registo do trabalho voluntário em Portugal, passando, assim, a ser possível ficar a saber com maior rigor que e quantas pessoas fazem trabalho voluntário, durante quantas horas, para que instituições, etc.

PROGRAMA DE TRANSIÇÃO DE ALTA HOSPITALAR

Sector Social Solidário já assegurou cerca de 700 vagas

Cerca de 700 vagas para internamento nos hospitais foram libertadas desde o início do programa de transição de alta hospitalar coordenado com as misericórdias e as instituições de solidariedade social, anunciou o ministro da Saúde.

Manuel Pizarro, que falava na abertura da audição regimental que decorreu na Comissão Parlamentar de Saúde, considerou que este programa ajudou já a melhorar a disponibilidade da rede de cuidados continuados, lembrando que em novembro tinha sido aumentado em 15% o pagamento diário por doente nas unidades de longa duração e em 6% nas de média duração.

Ambos os valores, sublinhou, têm retroativos a janeiro deste ano.

Na semana passada, o ministro tinha anunciado que a Rede Nacional de Cuidados Continuados tinha 500 vagas para receber doentes internados por razões sociais, sobretudo na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Segundo disse então o governante, estas vagas resultam de um trabalho conjunto

com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as Misericórdias e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), estando a ser atribuída “prioridade à região de Lisboa e Vale do Tejo”, porque é onde “a pressão é maior”.

No início do mês, o Governo anunciou um financiamento extraordinário por parte do Estado para as unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), com retroativos a janeiro deste ano.

Em comunicado, o Ministério da Saúde divulgou que, “em termos globais”, a atualização do preço corresponde a um aumento de 5,5% para as unidades de média duração e reabilitação (UMDR) e de 15,3% para as unidades de longa duração e manutenção (ULDM).

Segundo o Relatório de Avaliação de Desempenho e Impacto do Sistema de Saúde (RADIS), divulgado no início deste mês, o número médio de utentes a aguardar vaga para entrar na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) aumentou 88% em Portugal entre 2019 e 2022.



innovatiOntrail

+ de
700

Inscritos

97,6%

dos presentes consideram que o evento cumpriu ou superou as expectativas e recomendam os eventos INNOVATIONTRAIL F3M

89%

dos participantes consideram que os conteúdos apresentados têm aplicabilidade na sua atividade profissional

em 2022 PERCORREMOS O PAÍS COM...

INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | DESMATERIALIZAÇÃO | SEGURANÇA

SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

ESPECÍFICAS PARA O SETOR SOCIAL E UNIDADES DE SAÚDE

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES
E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

www.f3m.pt

COOPERAÇÃO 2023 E APOIO FINANCEIRO PARA 2022

Sector Social e governo chegam a acordo

Está fechado o acordo do Sector Social com o governo que vai permitir um reforço financeiro ainda para 2022 e um acordo de cooperação para 2023. Nos apoios extraordinários, por causa do aumento de custos de bens essenciais, o reforço será de 2,1%, respeitante ao global da cooperação deste ano; 2,1% respeitante a 2023 para a generalidade das valências; e 3,5% respeitante a 2023 para Centros de Dia e Estruturas Residenciais (ERPI, Estruturas de Acolhimento, Lares Residenciais e Residências de autonomização). Estes apoios extraordinários ainda poderão ser pagos em 2022.

Quanto ao acordo de cooperação para 2023 a adenda prevê uma atualização em 5%, cuja maior parte também pode ser paga até final de dezembro.

Lino Maia, o presidente da CNIS, explica que este acordo “tem em consideração o aumento de custos com inflação e com as implicações da guerra na Ucrânia e, por isso, ainda em dezembro haverá um financiamento extraordinário global no valor de 35 milhões de euros, o que corresponde a um reforço mensal de 2022 de 2,1%. Em 2023, com exceção de Centro de Dia, ERPI e Lar Residencial Lares de Infância e Juventude e Residências de autonomização, os acordos de cooperação das diferentes valências serão atualizados em 5% e haverá um reforço extraordinário mensal que corresponde a mais 2,1%, o que, no global, significa uma atualização de 7,1%. Os acordos daquelas 3 valências (Centro de Dia, ERPI e Lar Residencial, Lares de Infância e Juventude e Residências de autonomização) também serão atualizados em 5%, mas terão um reforço extraordinário de 3,5%, o que, no global, significa uma atualização de 8,5% para estas três valências. Parte de todos estes reforços extraordinários para 2023 ainda serão recebidos, espera-se, ainda em dezembro de 2022.”

Este acordo, que teve um anúncio pouco comum - com o comentador Marques Mendes a dar em primeira mão a notícia no jornal da noite de domingo da SIC -, teve uma base de trabalho que sofreu, na semana seguinte ao inusitado anúncio, um retrocesso nas negociações.

Por um lado, o impasse ficou a dever-se ao facto de ter surgido uma informação que não tinha sido considerada nas negociações. Havia um pressuposto de que os aumentos salariais no Sector Social seriam de 5,1%, o que levou as



instituições a fazerem marcha-atrás e apresentarem uma proposta conjunta.

Por outro lado, o Ministério da Segurança Social não queria que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ficassem com o bônus de meia pensão atribuído pelo governo aos utentes em outubro, nem que as mensalidades das famílias com os lares subissem no próximo ano. Esta exigência era feita por Manuel Lemos da União das Misericórdias e não pela CNIS que através do presidente Lino Maia já tinha esclarecido que a recomendação às IPSS era a de que os utentes deviam ficar com toda a mensalidade extra.

A relutância do governo foi inscrita, unilateralmente, na adenda ao acordo de atualização das verbas a transferir para as instituições em 2023 causando desagrado aos parceiros.

O texto final da adenda encontrou uma fórmula de resolução que conseguiu acolher as posições de princípio de todos os intervenientes.

Este importante compromisso, estabelecido pelo Sector Social com o governo, através do Ministério de Ana Mendes Godinho, veio

confirmar uma vez mais a sintonia entre os líderes das organizações sociais que falaram sempre a uma só voz durante as difíceis negociações. Lino Maia sublinha a importância desta coordenação estratégica reconhecendo que só foi possível ultrapassar, em tão pouco tempo, os impasses surgidos porque a CNIS, a União das Misericórdias, a União das Mutualidades e a Confecoop se sincronizaram nos objetivos comuns para obter o melhor acordo possível.

Segundo o presidente da CNIS, este processo de negociação precisava de ser concluído com o máximo de urgência porque “em causa estava a antecipação de verbas previstas para o próximo ano e que teriam de ser pagas ainda este ano.”

O padre Lino Maia considera que o acordo é bom mas, numa fórmula de síntese que já utilizou noutras ocasiões, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade diz que este compromisso com o governo “é o possível não o desejável.”

V.M.PINTO



ALMOÇO DE NATAL CNIS

NO PASSADO DIA 5 DE DEZEMBRO, APÓS REUNIÃO DA DIREÇÃO, QUE DECORREU NA INSTITUIÇÃO ASSOCIADA ARIFA, A CNIS JUNTOU ALGUNS DIRIGENTES E ASSESSORES NO TRADICIONAL ALMOÇO DE NATAL, QUE ESTE ANO DECORREU NA CRUZ DE PAU, NO SEIXAL. PRESENTES ESTIVERAM AINDA PAULO SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, ALFREDO MONTEIRO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SEIXAL, E AINDA LUÍSA MALHÓ, DIRETORA DISTRITAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE SETÚBAL.

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Programa de Ação elaborado com base nas conclusões

A Direção da CNIS apresentou e viu ser aprovados pela Assembleia Geral, reunida em Fátima, o Programa de Ação e o Orçamento para 2023, documentos a implementar pela nova equipa diretiva, que sairá das eleições agendadas para dia 14 de janeiro, em Fátima. As conclusões do VI Congresso da CNIS, realizado em Viseu, foram o guia para a elaboração das atividades da Confederação, com o foco na garantia da sustentabilidade das instituições e na defesa da autonomia e identidade das IPSS.

A Assembleia Geral da CNIS, que decorreu em Fátima, no passado dia 26 de novembro, foi a última dos atuais órgãos sociais, uma vez que, no próximo dia 14 de janeiro, realiza-se o Congresso Eleitoral para o quadriénio 2023-2026. Ainda assim, e porque há calendários a cumprir, a Direção apresentou o Programa de Ação e o Orçamento para o ano de 2023, a serem implementados pela nova equipa diretiva.

A este propósito, até ao momento, sabe-se que a Direção irá apresentar uma lista que será uma vez mais encabeçada pelo padre Lino Maia.

No final da Reunião Magna de Fátima, o presidente da CNIS deixou um apelo aos representantes das associadas para que se proponham ao ato eleitoral: “Era bom que aparecessem mais listas candidatas aos órgãos sociais”.

Após a publicação da convocatória do Congresso Eleitoral, será elaborado o regulamento eleitoral, mas é possível avançar que os interessados terão até aos primeiros dias de janeiro para entregar as listas candidatas aos órgãos sociais da CNIS.

Assim, haverá uma antecipação de um dia da celebração do Dia da CNIS, cuja data é 15 de janeiro, realizando-se, não só o ato eleitoral e a tomada de posse dos novos órgãos sociais, mas ainda um colóquio sobre «Cuidados de Saúde nas Respostas Sociais», no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima.

E numa altura em que os atuais órgãos sociais estão a terminar os seus mandatos, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, quis “agradecer a todas as instituições que estiveram presentes e participaram” nas reuniões por si presididas, deixando ainda uma palavra de agradecimento à Direção da CNIS pela “colaboração pronta, tal como a todos os assessores, serviços técnico e administrativo e aos jornalistas”.

DE volta à ordem de trabalhos da Assembleia Geral, Eleutério Alves, vice-presidente da CNIS, começou por sublinhar que o Programa de Ação que ali ia ser apreciado e votado é “para ser executado no primeiro ano de uma nova Direção”.

“Daí ter havido alguma reserva e muita cautela na estruturação de um programa que, sendo definido pela atual Direção, a responsabilidade da sua execução será de uma outra equipa diretiva a eleger em janeiro próximo”, referiu, acrescentando: “Mas, independentemente de quem tiver essa responsabilidade, há ações e medidas que serão consensuais e obrigatórias porquanto derivam das conclusões de um Congresso realizado há poucos meses e que, por essa razão,



estão perfeitamente enquadradas no tempo em que estamos e nos tempos que se vão seguir”.

E foi a pensar nos tempos difíceis que se avizinha que a atual Direção elaborou o Programa de Ação 2023: “É para esse tempo que aí vem que a CNIS e as nossas associadas têm que estar preparadas, unidas e determinadas, para enfrentar esse tempo mais próximo, que se pressente instável e cheio de incertezas. Vai ser um tempo que nos vai exigir muita competência nas decisões e muita determinação e confiança na nossa capacidade para promover, defender, representar e fazer valer os direitos e os interesses legítimos das IPSS, porque os interesses destas instituições, que são as nossas instituições, são os interesses das famílias e dos cidadãos mais pobres, dos cidadãos socialmente excluídos, marginalizados e muitas vezes vítimas de opressão. São os interesses dos doentes, dos portadores de deficiência, dos sem-abrigo. São os interesses de todos aqueles que estão sujeitos às mais diversas situações de fragilidade social, económica e cívica que lhes determina uma vida sem direitos, sem qualidade e sem dignidade”.

Eleutério Alves lembrou que “são esses interesses que a CNIS” e as instituições têm que “defender, porque esses interesses são as causas e os valores que constituem a missão das

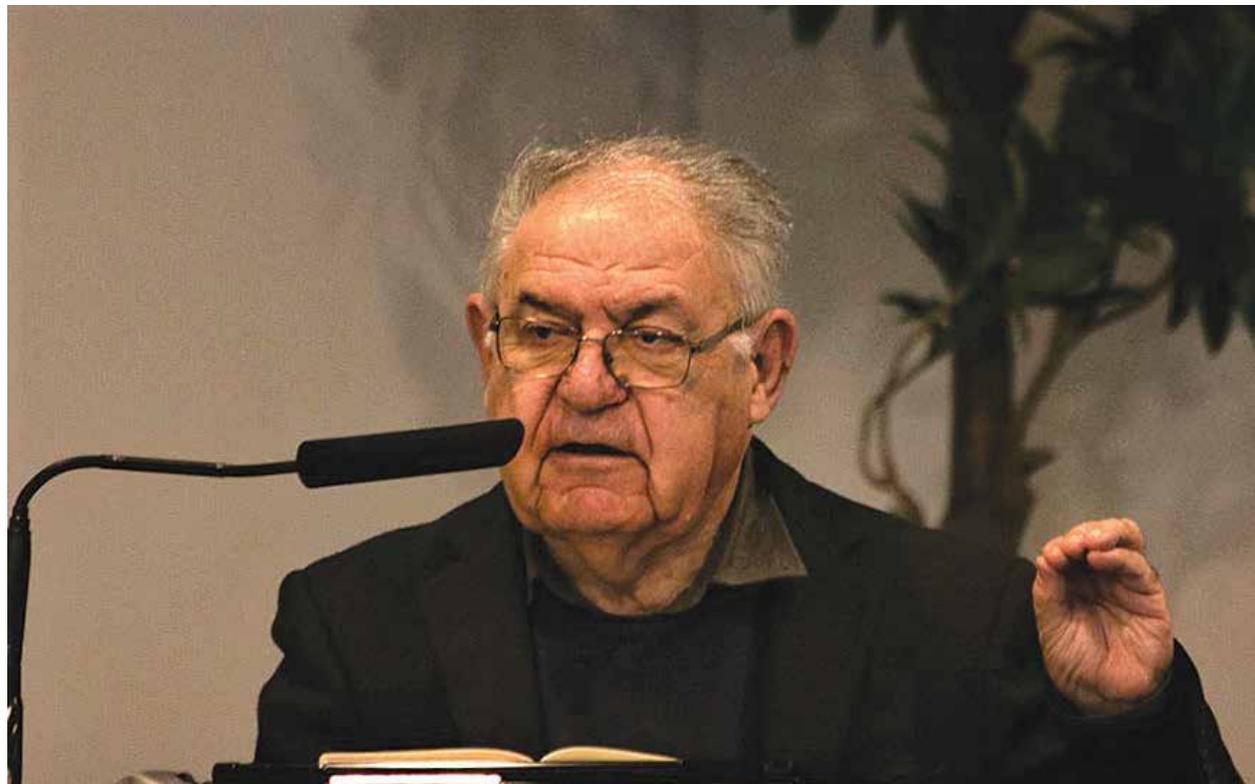


IPSS pelas quais somos responsáveis”.

Por outro lado, o vice-presidente da CNIS lembrou a importância da identidade e da missão e a quem se destinam os serviços das IPSS, “mesmo que, por vezes, nos sintamos empurrados por alguns para o esquecimento”.

Depois de sublinhar que o “país está em crise” e a forma como isso afeta o funcionamento das IPSS, Eleutério Alves elencou as prioridades que guiaram a elaboração do Programa de Ação: “O documento que apresentamos contém diversas medidas que entendemos serem importantes para a garantia de condições de maior sustentabilidade das nossas instituições, mais autonomia e maior capacitação para dirigentes

Resoluções do Congresso de Viseu foi aprovado por maioria



e trabalhadores, seja a nível das suas estruturas, do reforço da cooperação, do cumprimento do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social assinado em Dezembro de 2021 ou ainda pela adequação das diversas disposições legais que nos orientam e condicionam”.

Antes de enumerar algumas das medidas incluídas no Programa de Ação, que foi aprovado com apenas uma abstenção, o «vice» da CNIS destacou: “Medidas que valorizem a missão das IPSS em reconhecimento da importância do seu desempenho na promoção da paz social, do bem-estar dos cidadãos e do desenvolvimento socioeconómico das comunidades”.

Das associadas de base, Alfredo Cardoso, da Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa Santa Maria de Braga, sobre o documento, entretanto, apresentado, congratulou a Direção por ter apostado nas conclusões do VI Congresso da CNIS.

“Cada vez mais, não basta reafirmar a grandeza da CNIS, é preciso lutar pela nossa grandeza porque esta não é um dado adquirido. Devemos ter cuidado com quem nos ataca, mas a forma como, às vezes, supostamente dizem defender-nos deve merecer a nossa atenção”, sustentou, acrescentando: “Devemos afirmar a evolução no modelo de cooperação, adequando-o à realidade para ser um fator de sustentabilidade das instituições e a exigência de maior respeito pela autonomia e identidade das IPSS, em alternativa à arrogância inspetiva”.

Na sua primeira intervenção, o presidente da CNIS reforçou esta ideia, dizendo que ser essencial “pugnar pela autonomia das IPSS” e lembrou: “E temos que ver a questão da tutela!”.

E deixou um alerta quanto ao futuro, porque os perigos espreitam a cada esquina.

“Era importante que o Estado assegurasse o direito da proteção social. Não tem que ser o estado a executar, mas tem de assegurar este seu dever. Paulatinamente, corremos o risco de

termos de nos safar sozinhos”.

“Estando prestes a iniciar-se um processo de revisão constitucional, vamos fazer lobby para que a proteção social entre na Constituição”, afirmou, revelando ainda que a CNIS vai propor uma revisão de estatutos das IPSS, onde “a autonomia e a tutela são aspetos importantes, tal como a questão dos mandatos, dada a dificuldade na renovação dos dirigentes”.

Por outro lado, e com a perspetiva de despedimentos no horizonte, o padre Lino Maia mostrou-se “muito receoso” com o processo de transferência de competências, considerando “um erro de todo o tamanho as autarquias não aproveitarem o know-how das instituições”.

Já José Macário Correia, tesoureiro da CNIS, apresentou o Orçamento para 2023, que “está de volta ao habitual”, depois da atipicidade dos

orçamentos em tempo de pandemia.

O tesoureiro revelou que é expectável um resultado líquido positivo, de pouco mais de 1.500 euros, num exercício que se espera na linha do que é habitual na CNIS. O Orçamento 2023 foi aprovado por clara maioria e apenas uma abstenção.

Por fim, foi deixado um apelo às instituições associadas dos distritos de Leiria, Santarém, Lisboa e Setúbal para prestarem apoio aos peregrinos que virão a Portugal por ocasião das Jornadas Mundiais da Juventude’23. A própria CNIS vai, por carta, solicitar às associadas daqueles distritos que disponibilizem alojamento e refeições aos jovens que se deslocarão a Portugal vindos de todo o mundo.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



JOSÉ A. DA SILVA PENEDA
Economista



O significado de alguns dados do último recenseamento

Em cada dez anos o Instituto Nacional de Estatística responsabiliza-se por proceder à elaboração do Recenseamento Geral da População e do Recenseamento Geral da Habitação. Os dados referentes a 2021 foram recentemente divulgados.

Desses dados e quanto à população residente, os pontos mais significativos são os seguintes: o País registou um decréscimo populacional de 2,1% relativamente a 2011; no mesmo período, acentuaram-se os desequilíbrios na distribuição da população pelo território; também se agravou o fenómeno de envelhecimento da população, com o aumento expressivo da população idosa e a diminuição da população jovem. O País perdeu muita população entre os 30 e 39 anos e viu aumentar a população com mais de 65 anos. Em resumo: somos menos, somos mais velhos e vivemos em larga maioria no litoral. Esta evolução da última década vem acentuando algumas tendências preocupantes, que não podem deixar de ser consideradas para quem tem a responsabilidade da definição de políticas públicas.

Em 2011, por cada 100 jovens, havia 128 idosos. Em 2021, por cada 100 jovens, passou a haver 182 idosos. Um aumento de 42%! Chama-se a este indicador Índice de Envelhecimento. Nos últimos dez anos aumentou, e muito, o peso dos idosos na população total.

Outro indicador importante é o Índice de Rejuvenescimento da População Ativa, que compara a quantidade de pessoas que estão a sair do mercado de trabalho com a que está a entrar no mesmo mercado e é medido pela divisão entre o número de pessoas entre 20 a 29 anos, por 100 pessoas com 55 a 64 anos. Neste caso, o indicador da divisão entre aquelas quantidades passou, em dez anos, de 94 para 76. Uma diminuição de 19%! O valor de 76 verificado em 2021, neste Índice de Rejuvenescimento da População Ativa, significa que, por cada 100 indivíduos que saem do mercado de trabalho, só entram 76. Repare-se que em 2011 o valor já então verificado não permitia sequer assegurar a reposição da população em idade ativa. Passados dez anos a situação agravou-se de forma muito significativa porque por cada 100 que saem, só entram 76.

Também o Índice de Sustentabilidade Potencial que é medido pelo rácio do número de

população entre 15 a 64 anos por 100 pessoas com 65 ou mais anos e que era de 347 em 2011 passou a ser em 2021 de 272. Uma diminuição de 22%!

Em suma: a população idosa aumentou em dez anos 20,6% e representa hoje 23,4% do total da população residente no País. O número de jovens até aos 15 anos diminuiu 15,3% e são hoje 13 % da população total e a população que se situa entre os 25 e 64 anos, também diminuiu em 5,7%. Chama-se a este tipo de evolução, o duplo envelhecimento de um país, porque ao mesmo tempo que cresce o número de idosos, diminui tudo o resto.

As consequências desta evolução vão fazer-se sentir de forma cada vez mais intensa na economia e nos setores da saúde e da proteção social. Na economia, porque há que ter a consciência de que a contínua tendência do decréscimo da força de trabalho representa uma diminuição do potencial de crescimento económico do País. E a resposta não vai deixar de ser encontrada na imigração. Assim, a evolução que se vem verificando de perda de população em idade ativa aconselha que, de forma muito urgente, venha a ser definida uma política coerente de imigração.

Nos setores da saúde e segurança social, a tendência que se vem verificando do grande aumento da população idosa vai ter como consequência o forte aumento a despesa com pensões, saúde e cuidados continuados. Deste modo, vai ser necessário mobilizar mais recursos para atender a um conjunto de situações relacionadas com os mais idosos. Mas não chega. Haverá que repensar toda a estratégia que tem a ver com a prestação de cuidados continuados, com a relação entre Estado e Instituições Sociais e com a absoluta necessidade de reformar o sistema de segurança social, de modo a diversificar as suas fontes de financiamento. Trata-se de um conjunto de reformas de enorme complexidade, mas que não podem deixar de ser encaradas.

Outro ponto muito importante tem a ver com a tendência que se vem verificando desde há muitas décadas em que a população se concentra cada vez com mais intensidade no litoral, especialmente à volta das cidades de Lisboa e Porto, e vai rareando no interior do País. A não ser contrariada esta forma de distribuição

das pessoas pelo território iremos assistir, a prazo, a uma cada vez maior concentração excessiva de pessoas no litoral, com tudo o que essa situação arrasta em termos de perda de qualidade de vida e do enorme gasto em infraestruturas de todo o tipo, que nunca serão suficientes face à enorme concentração populacional. Estaremos assim perante um caso de duplo desperdício porque, também no interior, com o progressivo abandono dessa parcela do território, irá definhando a atividade económica e a criação de emprego.

Os dados de recenseamento também dão conta da diminuição da dimensão média dos agregados domésticos privados e do aumento do número de pessoas que vivem sozinhas. Não deixa de ser impressionante constatar que, em 2021, cerca de 25% dos agregados domésticos são compostos por pessoas que vivem sozinhas. Em contrapartida, os agregados com maior dimensão são cada vez menos. Os agregados com quatro pessoas passaram de 16,6% em 2011, para 14,7% em 2021 e os agregados compostos por cinco ou mais pessoas que representavam, em 2011, 6,5% do total representam, em 2021, 5,6%. Também se verificou um aumento do número de núcleos familiares monoparentais, de núcleos reconstituídos, da população divorciada e da que vive em união de facto. Estas tendências vão ter consequências, nomeadamente no que respeita ao domínio dos apoios sociais, que não podem ser ignoradas.

Outro dado importante que afeta a economia, e não só, é o facto de a população estrangeira residente em Portugal ter aumentado, em dez anos, 37%. Os imigrantes já representam 5,4% do total da população portuguesa, quando dez anos atrás esse valor era de 3,7%. A esmagadora maioria vem de países que não pertencem à União Europeia e o Algarve continua a ser a região portuguesa em que vive uma maior percentagem da população estrangeira residente no nosso País. Trata-se de um crescimento muito impressionante que levanta problemas muito sérios do ponto de vista de integração social e de respeito pelos direitos humanos.

Um dado muito positivo que se regista tem a ver com o nível de escolarização da população, que aumentou de forma significativa, com o reforço da população com ensino superior e com o ensino secundário e pós-secundário.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



Sobre as tangerinas

1 - Vou escrever sobre o Natal.

É esta a última crónica deste ano atípico de 2022 - e é Dezembro.

Gostamos em regra menos dos meses de Inverno do que os das restantes estações – salvo Dezembro, que logo associamos ao Natal.

“Porque esta noite chama-se Dezembro,/ porque sofremos, porque temos frio.” - como escreveu David Mourão Ferreira.

E, mesmo que andemos pelas ruas arrepia-dos de frio, é frio que queremos nesta quadra, para melhor nos aconchegarmos ao lume – embora o calor do lume nos aqueça cada vez menos, à medida que os anos vão passando.

Frio no corpo; calor na alma.

Mas há calor na alma?

Haverá calor, por exemplo, na Ucrânia, sem luz e sem aquecimento?

Em 1968, ano da Primavera de Praga, esmagada pela invasão da então União Soviética, e com os Estados Unidos enrodilhados no Vietname, escrevia David Mourão-Ferreira, num dos seus poemas do Cancioneiro do Natal: “Mas penso no que seja a noite de hoje em Praga/ Vais a dizer Jesus e dizes Vietname/É assim que o Natal nos dilacera a carne/É assim que o Natal nos parece um alfange.”

Costuma aproveitar-se esta época do ano para fazer balanços, para resumir nos seus traços essenciais o que foi o ano que está a findar.

Mas este ano o resumo é fácil de fazer, na medida em que a invasão da Ucrânia ocupa todo o espaço de evocação do que se passou de mais relevante ao longo de 2022.

Não só pelo que se passa nessa outra ponta da Europa; mas também pelos efeitos que o que aí se passa produziu nas nossas vidas.

Tem sido, na verdade, o fulcro do que se passa nesta parte do mundo onde nascemos e vivemos, desacostumada de guerras desde há quase 80 anos, e que virou do avesso a doce ilusão em que vivíamos de que tudo era seguro e tudo era certo e previsível.

Afinal, como sempre foi, o mundo muda – e, mudando, muda-nos com ele.

2 – Mas não é só vinda de fora que a mudança nos muda.

Leio hoje no jornal que “Portugueses enchem

hotéis para consoada”.

Nunca na simbologia do Natal pensei noutra cenário que não a reunião, à volta da mesa ou ao lume da lareira, de cada família, mais restrita ou mais alargada.

Cada um peregrinando por dentro de si próprio, mas logo regressado ao vagar do lume e da conversa.

“Como quem na corrida entrega o testemunho,/passo agora o Natal para as mãos dos meus filhos.” – ainda David Mourão-Ferreira.

Os preparativos prenunciam e fazem parte da festa.

Voltando a David Mourão-Ferreira, “a festa começava/entre odor a resina/e gosto a noz moscada/e vozes femininas.”

(Hoje, de acordo com a novílingua, onde está “femininas” diríamos “neutras” – mas não rimava com “resinas” ...)

Nem só os vivos comparecem à reunião familiar.

Volto a David-Mourão-Ferreira: “Juntam-se os mortos hoje à noite/para fingir que são felizes./Sopram a neve. Acendem velas./Rompem de súbito a cantar:/ Dizem que estão à nossa espera./Sabem que havemos de voltar.”

3 – Este ano, e se não for neste, será no próximo, e nos seguintes, muitas mais famílias não terão casa onde passar a consoada.

A “prenda” que tiveram no sapatinho foi o aumento das prestações do empréstimo ao banco para a compra da casa em cerca de 40%, em virtude do aumento das taxas de juro decididas pela banca.

Muita gente não vai conseguir renegociar as condições de amortização do empréstimo e vai assistir, impotente, à execução das hipotecas que os bancos credores irão promover.

No entanto, se há coisa que me espante é como, neste contexto de crise mundial e de inflação galopante, quer pela ruptura dos circuitos de abastecimento, quer pela especulação com os preços dos combustíveis, os bancos apresentam lucros excepcionais, superiores aos anos “normais”, parecendo até que esses resultados “engordam” com a pobreza os outros.

E o certo é que engordam ...

O Governo já anunciou algumas medidas

que pretende impor aos bancos para facilitar aos beneficiários do crédito à habitação a renegociação dos empréstimos; mas os bancos já responderam a esse anúncio, ameaçando que quem quisesse renegociar de acordo com as medidas anunciadas iria para a “lista negra” dos bancos e não conseguiria mais empréstimos.

A ver vamos se o Governo consegue ser forte com os fortes – já que ser forte com os fracos não é virtude.

Vários projectos de revisão constitucional apresentados na Assembleia da República incidem no artº 65º, relativo ao direito à habitação, apontando-se para o regresso à participação das cooperativas de habitação, e para a municipalização dos solos, como solução para a oferta de habitação própria ou em mercado regulado de arrendamento, de forma a obter habitação a custos mais compatíveis com quem não tem acesso a “vistos gold” e a fazer regressar os jovens e a classe média ao centro das cidades.

Os mais jovens não têm memória do papel essencial que tiveram as cooperativas de habitação nas décadas a seguir ao 25 de Abril, em cooperação com os municípios, na oferta de habitação a preços controlados.

Mas o desenvolvimento das pequenas cidades – e não só das pequenas - muito deve a essa acção.

(O caso exemplar que melhor conheço é o de Matosinhos, com Narciso Miranda e Guilherme Vilaverde – aliás, dirigentes de instituições particulares de solidariedade social -, onde a acção das cooperativas de habitação muito contribuiu para a pujança e qualidade de vida que caracteriza o desenvolvimento do concelho nas últimas décadas.)

No tempo da Geringonça, estive em estudo a medida legislativa de impedir a penhora, em processo executivo, da casa de morada de família.

Estou de acordo!

Então – e regressando, para acabar a crónica como a comecei, a David Mourão-Ferreira, “talvez seja Natal e não Dezembro/talvez universal a consoada.”

4 - Este ano, as tangerinas estão atrasadas.

Mas o ritual da sua colheita e a evocação do seu perfume faz parte da nostalgia do Natal.



CARLA VERDASCA, PRESIDENTE DA UDIPSS LEIRIA

É um desafio constante defender os direitos das instituições associadas

A União Distrital das IPSS (UDIPSS) de Leiria, criada em 15 de dezembro de 2001, representa, no presente momento, mais de 130 instituições que por todo o distrito, a quem ao longo destes 21 anos tem prestado apoio, especialmente, informativo e formativo. No cargo desde 2020, caindo-lhe logo no colo todo o imbróglio que foi (tem sido) a pandemia de Covid-19, a presidente da UDIPSS leiria, Carla Verdasca, não esmorece e afirma querer enfrentar esse “desafio constante” que é “a defesa dos direitos das associadas”.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 21 anos de história da União Distrital?

CARLA VERDASCA - Um dos marcos pensamos ter sido a mudança de instalações, o que permitiu receber as associadas e fazermos muita formação para as mesmas. E este é outro marco, o proporcionar informação, formação e esclarecimentos perante as muitas dúvidas que surgem.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

O balanço é positivo e construtor daquilo que foi dar continuidade ao trabalho feito anteriormente. Quando a atual Direção iniciou funções, em dezembro de 2020, vivíamos uma fase muito difícil em todas as áreas com a pandemia e o foco foi logo esse.

Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

Talvez a divergência de opiniões vindas da CNIS e que, depois, na prática dificulta a ação

da União Distrital.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

Os grandes desafios passam por conseguir dar resposta às associadas face a toda a conjuntura económica que se vive, às inseguranças que estão a surgir e ainda refletir muito nas estratégias futuras para salvuardarmos a continuidade de muitas IPSS. Desde atualizações de tabelas salariais, aumentos de custos na alimentação e da energia, falta de vagas, falta de recursos humanos, tudo isto nos preocupa num futuro muito próximo. A presença e representação da União Distrital em várias entidades é um desafio constante para defesa dos direitos das associadas.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Leiria com as IPSS associadas?

Consideramos ser uma relação de proximidade e de entretajuda.

Procuramos, por um lado, contribuir em algumas necessidades das associadas relativamente a questões que as inquietam e, por outro lado, conseguirmos observar a forma como atuam e respondem perante essas mesmas necessidades.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

O relacionamento é de respeito e de trabalho. As equipas precisam de se reunir, trocar ideias, discutir opiniões e chegar a conclusões de forma a que as associadas tenham respostas



concretas e objetivas. Estes momentos de troca de informação devem acontecer mais vezes e por distrito, pois cada um tem as suas especificidades.

Pensam assinalar o 21º aniversário de alguma forma particular? Se sim, o que pretendem fazer?

O aniversário coincide sempre com uma época festiva muito trabalhosa e importante o que tem vindo a dificultar a sua celebração. Contamos enviar às associadas e parceiros uma informação sobre o aniversário e divulgar nas redes sociais uma mensagem da Direção.

ASSINADA A ADENDA AO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA O BIÊNIO 2021-2022

Governo Regional dos Açores e URIPSSA chegam ao “acordo possível”

A URIPSSA (União Regional das IPSS dos Açores) alcançou, com o Governo Regional, uma atualização do valor do acordo-base de cooperação entre o estado e o Sector Social Solidário, com efeitos retroativos a janeiro de 2022 e num montante global “superior a três milhões de euros”.

“Perante esta conjuntura difícil, que afeta a vida das pessoas e das instituições, quis o Governo dar o sinal de compromisso com o Sector Solidário e negociar uma atualização extraordinária dos valores padrão das respostas sociais para este ano”, considerou o vice-presidente do Governo Regional dos Açores, Artur Lima, que tutela a Solidariedade Social.

A assinatura da adenda ao acordo-base

para o biénio 2021-2022, com os presidentes da URIPSSA e da União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA).

A maioria das valências promovidas pelas instituições terá uma atualização dos valores padrão na ordem dos 3,6%, mas há três valências com aumentos de 5%. É o caso do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e das casas de acolhimento de crianças e jovens, que têm uma atualização superior, por proposta dos representantes do Sector Social Solidário.

Também as creches e jardins de infância terão uma atualização de 5%, por iniciativa do Governo Regional, para salvaguardar a despesa adicional com a regularização das carreiras dos educadores de infância.

O presidente da URIPSSA revelou que as IPSS propunham um aumento de 6,4%, em linha com a inflação, mas considerou que foi alcançado “o acordo possível”.

“Compreendemos que era um valor que era o ideal, mas era preciso que houvesse essa disponibilidade financeira para termos retroatividade a janeiro”, admitiu João Canedo, que considerou ainda que a adenda dará mais “sustentabilidade” às instituições, reivindicando, no entanto, uma nova atualização em 2023: “Para o ano também temos de analisar o que vamos fazer ao nível do acordo de cooperação com o Governo Regional, devido à inflação que temos tido e ao que vai acontecer no ano seguinte”.

TÂNIA GASPAS, PRESIDENTE DA UDIPSS SANTARÉM

Há um enorme desafio a superar que passa por garantir a sustentabilidade

Após um longo período de estabilidade liderada por Eduardo Mourinha, a União Distrital das IPSS de Santarém, que a 15 de dezembro assinala 21 anos de existência, passou por ano e meio de grande instabilidade diretiva, com a presidência a ser ocupada por três diferentes dirigentes, e já no corrente ano Tânia Gaspar assumiu o cargo. A jovem dirigente assume, ao SOLIDARIEDADE, que, atualmente, tem “um enorme desafio a superar” em nome da União: “Cumprir a nossa missão e garantir a sustentabilidade”. A UDIPSS Santarém é das mais antigas e conta com mais de 180 associadas.

SOLIDARIEDADE - Quais os principais marcos nestes 21 anos de história da União Distrital?

TÂNIA GASPAS - Tivemos vários marcos nestes 21 anos em que a UDIPSS de Santarém desenvolveu com dignidade e proatividade a sua atividade. No entanto, destaco, em 2008, a passagem da Chama da Solidariedade pelo nosso distrito e a organização, em 2011, da Festa e Chama da Solidariedade, que congregou centenas de pessoas, vários parceiros locais entre Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e IPSS, sob a orientação do então presidente da Direção sr. Eduardo Mourinha. Outro dos marcos históricos, é a realização do Encontro Nacional de Intervenção Social da UDIPSS de Santarém, que já vai para a sua terceira edição. Foram realizados dois e o terceiro foi suspenso pela pandemia, pelo que esperamos que possa vir a acontecer no próximo ano.

Que balanço faz do legado que recebeu dos seus antecessores?

Durante vários anos esta União foi dirigida pelo sr. Eduardo Mourinha, e cujo antecessor foi aquele que melhor acompanhei e com quem tive oportunidade de aprender muito, na altura, noutra contexto e na qualidade de técnica de uma entidade parceira da União. O Sr. Mourinha deixou-nos uma situação, à época, confortável e uma imagem de consideração e admiração pelo trabalho desenvolvido pela União. Entretanto, estive mais afastada da União, mas, neste momento, temos um enorme desafio a superar: cumprir a nossa missão e garantir a sustentabilidade.

Quais os maiores obstáculos à ação da União Distrital?

Creio que um dos principais obstáculos que se coloca é a falta de recursos para que possamos desempenhar um verdadeiro apoio às nossas associadas, não só a nível jurídico, mas noutras dimensões, como, por exemplo, o apoio à elaboração de candidaturas ou o apoio à comunicação das instituições, que não sua maioria são muito frágeis nestes domínios. Seria



muito importante que pudéssemos dispor de recursos, nem que fossem partilhados com outras Uniões, para poder dar um apoio qualificado nestes domínios.

Quais os grandes desafios para a UDIPSS no presente e, em especial, no futuro?

A sustentabilidade financeira. Creio que este será, certamente, o maior desafio para as organizações do Sector Social e Solidário no qual, naturalmente, a nossa União se inclui. Para conseguir levar por diante o seu trabalho, a União, para além das quotizações que recebe, e felizmente os incumprimentos são muito poucos num universo de 186 instituições, leva a cabo um plano de formação anual que tem sido a única fonte de receita da União. Com a pandemia, essa situação alterou-se, sendo que o número de ações diminuiu significativamente. Está a ser muito difícil manter o apoio técnico, jurídico e formativo às associadas sem outro tipo de financiamentos.

Como caracteriza a relação da UDIPSS Santarém com as IPSS associadas?

Eu ainda sou recente, mas do contacto que vou tendo, parece-me que é globalmente boa. A maioria das nossas associadas apoia e valoriza o trabalho que apresentamos e o esforço que temos desenvolvido, o espírito de diálogo numa convergência de ideias e o foco em torno da valorização do importante e inigualável trabalho desenvolvidos pelas nossas IPSS. Certamente,

se cumprirmos a nossa missão, fizermos chegar as suas necessidades à CNIS e que estas se sintam representadas, se tiverem o nosso apoio às questões que nos colocam, não terão razões para não ter uma boa relação com a União.

Como é o relacionamento com a CNIS? Em que pode ser melhorado e potenciado em favor das IPSS associadas?

Por parte desta Direção, temos procurado manter um bom relacionamento com a CNIS, sobretudo, de maior proximidade e cooperação, procurando sempre responder aos desafios que nos são apresentados. Para melhorar e potenciar este relacionamento em favor das IPSS associadas, eu diria que temos que continuar a manter esta relação para que, conjuntamente, possamos responder aos desafios das nossas associadas, prestar-lhes o apoio que elas necessitam e, se possível, podermos contribuir para que lhes sejam proporcionadas melhores condições para a realização do seu trabalho.

Pensam assinalar o 21º aniversário de alguma forma particular? Se sim, o que pretendem fazer?

Comemorar um aniversário é sempre bom, é sinal de vida e de dinâmica. Contudo, o presente preocupa-nos, pelos desafios que neste momento todos enfrentamos.

Este ano, iremos comemorar, antecipadamente, no dia 12 de dezembro, mais um ano de vida, aquando do habitual Jantar de Natal.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

**SOLUÇÕES
ESPECIALIZADAS
PARA O SETOR
SOCIAL**

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhorar a qualidade dos seus serviços, o aumento a eficiência dos seus recursos, recorrer a um parceiro de confiança na produção de serviços em outsourcing.



SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO DE
SERVIDORES



SERVIÇOS
DE SEGURANÇA



RECONSTRUÇÃO DE
SISTEMAS



RECONSTRUÇÃO
PARA O SETOR
DE SAÚDE



TELEFONES



RECONSTRUÇÃO DE
LÓGICA NA



SERVIÇOS DE
SISTEMAS



SISTEMAS
NUMÉRICOS E
ELETRONICOS



CALL CENTER



SERVIÇOS DE
INDICADORES



TRABALHO
TEMPORÁRIO E
OUTSOURCING



www.trivalor.pt



trivalor@trivalor.pt

AV. DA LIBERDADE 17 1200-078 LISBOA
TEL: 210 420 000 | FAX: 210 420 000
NÚM. VERDE 11 24 00 00
E-MAIL: trivalor@trivalor.pt

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

BANCOS ALIMENTARES CONTRA A FOME

Última campanha nacional supera expectativas

A campanha dos Bancos Alimentares contra a Fome, que no final de novembro angariou mais de duas mil toneladas de alimentos, “superou todas as expectativas mais favoráveis”, admitiu a presidente da organização, para quem a solidariedade dos portugueses “não abranda”.

Os Bancos Alimentares contra a Fome (BA) recolheram 2.086 toneladas de alimentos, durante campanha nacional que decorreu no fim de semana, um valor que representa um aumento de 24% em relação à campanha realizada em igual período de 2021, de acordo com dados da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome.

A presidente da instituição, Isabel Jonet, admitiu que a mais recente campanha “superou todas as expectativas”, apontando que, tendo em conta os valores atuais da inflação, seria difícil de prever que fosse possível superar os valores de campanhas anteriores.

“É talvez aquela em que se conseguiu o maior valor de doações. Em quantidade, o valor é muito próximo de campanhas de 2017, que foi quando se registaram os números



mais elevados”, adiantou Isabel Jonet. Para a responsável, “os portugueses aderiram de forma entusiasta” e o nível de adesão demonstra a “atenção dos portugueses para com as famílias mais vulneráveis e que enfrentam situações mais difíceis”. “Hoje todos nós

conhecemos famílias que estão a passar dificuldades”, apontou a responsável, admitindo que essa seja uma das razões para tanta gente ter contribuído.

Isabel Jonet lembrou que a conjuntura atual é “totalmente diferente” da de 2017,



SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE 1995

Novas versões

- US** UNIDADES DE SAÚDE
- CP** CONTROLO DE PRESENCAS
- ACE** ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO
- UTC** UTENTES CT (CERTIFICADO ATI)
- GI** GESTÃO DE IMÓVEIS
- IMO** IMOBILIZADO ESNL
- ORD** ORDENADOS
- PEM** PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (prescrição de saúde)
- PC** PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PC** PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
- ASS** ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- CNT** CONTABILIDADE ESNL
- LAN** LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- ORC** MÓDULO ORÇAMENTOS

- + de 40 aplicações
- + de 900 clientes
- Garantia de satisfação
- Demonstrações grátis e sem compromisso
- Assistência remota
- Formação online

Contate-nos para orçamento, demonstração ou mais informações

TELEFONO: +351 21 404 00 00
TELEFONO: +351 21 404 00 00
EMAIL: info@tsr.pt

ENCONTRE-NOS EM www.tsr.pt

A PARTIR DE JANEIRO DE 2023

Idade de reforma vai recuar três meses

A idade legal de acesso à reforma vai recuar três meses em 2023, para os 66 anos e quatro meses, segundo um diploma publicado em Diário da República.

“A idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2024, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, na sua redação atual, é 66 anos e 4 meses”, lê-se na portaria publicada e que produz efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

A idade normal de acesso à pensão de velhice varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade, indicador publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo sido o recuo registado no triénio 2019-2021 que determinou uma descida inédita na idade de acesso à reforma.

Recorde-se que o INE divulgou recentemente a sua estimativa provisória da esperança média de vida aos 65 anos para o triénio 2020-2022, que indica que este valor foi estimado em 19,30 anos, voltando a cair (desta vez em 0,05 anos,

ou seja, em seis meses) relativamente ao triénio 2019-2021.

O diploma publicado determina ainda que o fator de sustentabilidade a aplicar, “ao montante estatutário das pensões de velhice do regime geral de segurança social é de 0,8617”.

Em causa está um fator que acompanha a esperança média de vida e que é aplicado a quem se reforme antecipadamente. Tendo em conta do diploma, o corte que será aplicado às reformas antecipadas iniciadas em 2023 será de 13,8%.

VILA NOVA DE GAIA

Autarquia vai distribuir 2,4 milhões de euros pelas IPSS

A Câmara de Vila Nova de Gaia vai distribuir quase 2,4 milhões de euros que sobraram do fundo de recuperação criado por causa da covid-19 pelas instituições que apoiam idosos e pessoas com deficiência, entre outras. Em causa está realocação da verba que não foi usada no âmbito do fundo criado este ano para minimizar os efeitos da pandemia.

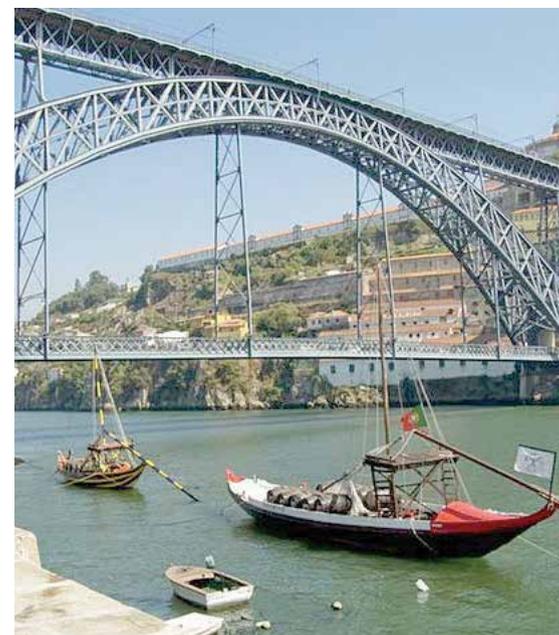
A distribuição será feita “de forma proporcional e redistributiva, em função da massa salarial das instituições”.

O Fundo de Recuperação Covid-19 tinha uma dotação orçamental global de 5,3 milhões de euros, mas, depois de avaliadas as propostas apresentadas ao fundo, foram estornados cerca de 2,4 milhões de euros. “[Propõem-se] aplicar o montante mencionado de forma proporcional e redistributiva em função da massa salarial das instituições, até ao limite máximo de 150 mil euros por instituição,

ao apoio às IPSS [Instituições Particulares de Solidariedade Social] especialmente vocacionadas para o apoio a idosos, a pessoas com deficiência e às que desenvolvem, em regime de parceria, o programa Gaia Aprende+”, lê-se na proposta.

Com esta medida, a autarquia diz estar a manter o objetivo do fundo, ou seja, mitigar o impacto financeiro provocado pela crise sanitária. “As IPSS apesar de terem mantido protocolos com a Segurança Social viram as receitas diminuírem dada a quebra acentuada nos rendimentos das famílias e reduzir, ou mesmo suprimir, as mensalidades dos seus utentes”, refere a proposta.

O texto continua com a justificação de que “a atual conjuntura mundial e nacional não perspetiva a resolução, a curto prazo, dos problemas de sustentabilidade financeira com que se debatem estas instituições”.



COVID-19

Norma da DGS permite visitas a utentes infetados nos lares

A norma da Direção-Geral da Saúde (DGS) para assegurar que os utentes infetados com covid-19 que residem em lares têm direito a visitas divide responsáveis, entre quem a considere uma medida esperada e quem aponte uma flexibilização excessiva.

Na opinião do padre Lino Maia, presidente da Confederação das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), a norma é “oportuna” e trata-se de uma “orientação esperada e consistente”.

“Na generalidade dos lares havia visitas a pessoas infetadas, com os devidos cuidados porque o vírus numa pessoa num lar pode com facilidade propagar-se a outras pessoas. Mas não podemos ter as pessoas indefinidamente enclausuradas e já sabemos que, com a vacinação completa, o vírus não tem a força que teria com todo este processo de vacinação”, defendeu.

Na opinião do presidente da CNIS, os lares já estão “devidamente apetrechados” para

cumprir a recomendação e, tendo em conta que “já não há surtos” como os registados no início da pandemia, “há mais condições para proteger as pessoas, evitando propagações”.

A DGS publicou uma nova norma sobre os casos de suspeita ou confirmação de covid-19, que salienta que a elevada cobertura vacinal e a evolução epidemiológica favorável permitem “progredir para um modelo de resposta focado na prevenção e no tratamento da doença grave, atento ao padrão de circulação e ao aparecimento de novas variantes de SARS-CoV-2”.

Nessa norma, fica definido que as visitas aos doentes com covid-19 que estejam em lares ou estruturas similares devem ser asseguradas, desde que garantido o cumprimento do plano de contingência, incluindo utilização adequada de equipamento de proteção individual.

O presidente da Associação de Apoio Domiciliário de Lares e Casas de Repouso de Idosos apontou que a norma da DGS “é confusa, pouco

orientadora, [e] com regras um bocado vagas”.

João Ferreira de Almeida defendeu que a DGS deveria ter atualizado a orientação específica sobre os procedimentos a adotar nos lares relativamente à covid-19 em vez de publicar esta norma “que mistura situações hospitalares com situações em lares”.

“Esta dualidade de atuação da DGS não consigo compreender porque só baralha, só complica, só desorienta e nós precisamos é de orientação”, criticou.

O responsável defendeu mesmo que a norma “não faz sentido”, questionando o que se andou a fazer durante dois anos. “Se a situação agora é assim, porquê tantas restrições e tão severas algumas durante quase dois anos. Isto faz-me confusão”, criticou. “Acho que é uma flexibilização exagerada. Estão a fazer confiança com a dose de reforço da vacina. Não sei se não estão a confiar demais”, apontou João Ferreira de Almeida.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



DE NOVO SOBRE A INFLAÇÃO

Os críticos do BCE não têm razão

Aqui e ali começam a surgir vozes críticas das medidas anti-inflacionárias do BCE. Sem espanto, muitas dessas manifestações vêm de políticos dos países do sul da Europa. Teme-se que uma subida brusca nas taxas de juro ponha em causa os equilíbrios frágeis, seja dos orçamentos das famílias seja a sustentabilidade das dívidas públicas.

O argumento dos críticos é basicamente o seguinte: o atual surto inflacionista nasceu de deslocamentos e desencontros entre procura e oferta gerados pela pandemia que depois foram potenciados pela crise energética em resultado da agressão russa à Ucrânia.

Não se vê em que é que subir as taxas de juro permita aumentar a oferta dos bens que ficaram curtos com a pandemia (automóveis, por exemplo) ou fazer circular mais gás russo para a Europa.

É rigorosamente verdade que taxas de juro mais altas não levam as fábricas a produzir mais nem comovem os russos para enviar mais gás.

Mas trata-se de uma falácia. O argumento seria válido se acreditássemos numa de duas coisas: a) – o surto é transitório, cura-se a si mesmo, é uma questão de tempo; b) – existem meios menos danosos que uma política monetária restritiva para resolver o tema.

A primeira solução foi aquela em que quiseram acreditar os bancos centrais e deu no que deu, em relação à segunda seria bom que os críticos se chegassem à frente e nos iluminassem quanto a um caminho melhor para controlar a inflação.

Neste espaço de crónica tenho sido muito crítico do comportamento dos bancos centrais. Reagiram tarde, comunicaram mal, equivocaram-se completamente em relação à natureza supostamente transitória do surto inflacionista. Andaram a dormir na forma e agora correm atrás do prejuízo...

Contudo, por mais que nos custe, estão a cumprir o seu dever usando os instrumentos ao seu dispor para conter a alta dos preços.

Esta dissonância entre uma política monetária conduzida de forma independente pelos bancos centrais e os desejos de alguns políticos pode agravar-se no futuro próximo, à medida em que for ficando claro que o pico da inflação foi ultrapassado.

Parece ser o caso nos Estados Unidos. De facto, o índice de preços no consumidor americano (CPI) está a cair há quatro meses consecutivos. Em outubro o CPI registou 7,7% contra um máximo em junho de 9,1%.

Na Europa os números preliminares de novembro saíram em 10% contra 10,6% em outubro. Podemos também na Europa ter já atingido o pico e ter iniciado uma trajetória descendente.

Eventualmente estes números podem baixar a pressão dos bancos centrais para subir taxas de juro em passo de corrida. O mais provável é que as próximas subidas nas taxas de referência sejam de 0,5% em vez dos 0,75% registados nos movimentos anteriores.

Contudo, não devemos (a começar pelos responsáveis políticos) tomar os nossos desejos por realidades.

Mesmo que se confirme que a inflação já atingiu o seu pico e vai agora percorrer uma trajetória descendente, os bancos centrais vão continuar a subir as taxas de juro e a reduzir o tamanho dos balanços. Não devem, não podem fazer outra coisa.

Desde logo não podemos olhar apenas para o número geral da inflação. Temos de descer um pouco ao detalhe e ver qual é o comportamento dos preços excluindo os setores mais voláteis, nomeadamente a energia e a comida. Chamemos a esse indicador a inflação nuclear.

Os preços da energia e da comida sobem e descem por vezes de forma abrupta e em períodos curtos, a inflação nuclear é mais estável e diz-nos mais sobre as tendências de fundo.

Ora, na Europa, embora o índice agregado tenha descido, a inflação nuclear subiu em novembro. Não há nenhum mistério – bastou que a inflação da energia descesse um pouco em novembro para que o número global também descesse. Contudo, o facto de a inflação nuclear estar a subir diz-nos que estamos longe de ter o monstro controlado e que o dito cujo vai dar luta para ser derrotado.

Depois não é garantido que a inflação agregada não possa ressurgir. Basta para tal que os preços da energia voltem a subir de forma significativa. Esse cenário não é impossível. Não sabemos quais os efeitos do inverno, nomeadamente se o mesmo vier rigoroso. Também não sabemos as consequências no mercado do petróleo da aplicação dos preços máximos para o petróleo russo. Entre outras coisas não é possível antecipar como vai reagir a Rússia. Ainda podemos ter uma surpresa desagradável nesta frente.

Finalmente está criada uma dupla dinâmica (salários e lucros) que está a alimentar a fogueira inflacionista.

A sabedoria convencional diz-nos que a inflação é uma dinâmica de salários-preços. Se os salários sobem as empresas têm de subir os preços para proteger as margens, o que leva a novas subidas de salários, o que leva a novas subidas de preços num ciclo autoalimentado que pode ficar fora de controlo.

Não é o que está a acontecer neste ciclo inflacionista, pelo menos para já.

Na economia americana os salários nominais estavam a crescer 4,7% em outubro de 2022, ou seja, pouco mais de metade da inflação. Na zona euro a progressão dos salários é ainda mais curta, próxima de 4%.

O que estamos a ver neste ciclo inflacionista é que as empresas têm aumentado os preços bem acima do que seria necessário para repor as margens, ou seja, estamos com uma inflação induzida por alargamento dos lucros em tandem com de uma dinâmica de salários nominais (mais fraca). As margens dos retalhistas também estão em máximos e são mais uma acha na fogueira inflacionista.

Provavelmente, a razão desta capacidade das empresas para subir preços de forma agressiva tem que ver com o facto de existir na economia um raro lastro de poupanças privadas excecionais que foram geradas pela pandemia. Durante a pandemia o fechamento da economia obrigou a poupanças involuntárias – não podíamos ir a restaurantes, discotecas ou viajar, por exemplo. A combinação das poupanças forçadas com apoios sociais fortes nesse período fizeram disparar as taxas de poupança privada.

Em Portugal as taxas de poupança privada dispararam em 2020 e 2021 o que levou a um crescimento quase harmónico dos depósitos bancários de particulares. O mesmo aconteceu em muitas geografias em que os apoios durante a pandemia foram fortes, como é o caso dos Estados Unidos.

Esse lastro está a alimentar uma procura que é inflacionista uma vez que permite às empresas subir anormalmente as margens de lucro.

Só há uma forma de reequilibrar o poder de formação de preços de que as empresas estão a usar e abusar – reduzir a procura.

Poderão sempre dizer os críticos dos bancos centrais que poderíamos esperar o esgotamento das poupanças excecionais para reequilibrar oferta e procura em vez de aplicar uma política monetária agressiva. Talvez assim nos poupássemos a uma quase certa recessão económica.

Voltamos ao pensamento mágico e à conversa do transitório.

Não devemos, não podemos correr o risco de deixar a inflação embeber-se no tecido económico e social. Os custos da inação ou da ação pífia são demasiado elevados pelo que, por mais que nos custe, vamos ter de viver com taxas de juro mais altas, com balanços dos bancos centrais mais curtos e com as desagradáveis consequências que todos conhecemos.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 

Marcas Representadas

19 

Marcas Próprias

5.800 

Produtos em Stock

4.800.000 

€ An. Total

120.000 

Terminos de Venda
de 30 dias para 90 dias
qualidade

175 M €

Choverada

100% 

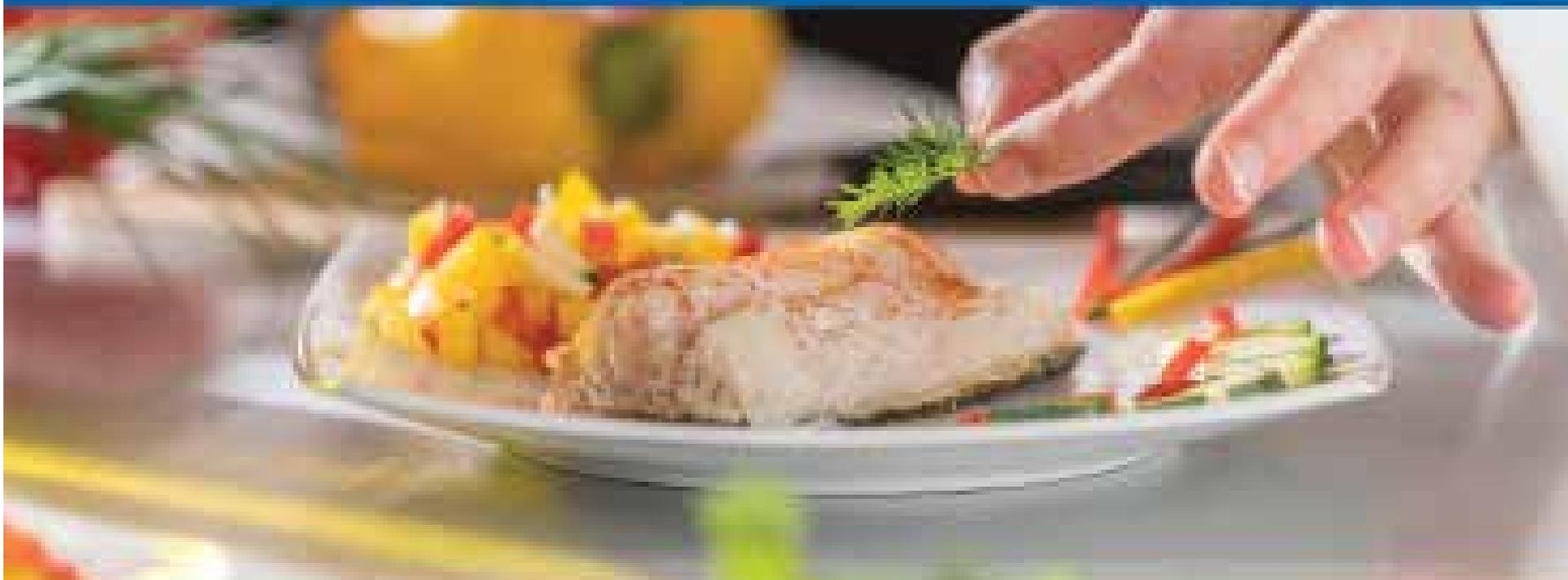
Cobertura Nacional
a nível Nacional e Agrícola
e distribuição para Alentejo,
Algarve, Beira Interior,
Alentejo, Beira Litoral e Ribatejo

+24.000 

Produtos em stock em
nível nacional

8 

Plataformas Logísticas
Lisboa, Porto, Vila Real,
Coimbra, Alentejo, Alentejo,
São Miguel e Terceira e
Madeira



LISBOA: 214 221 888
ALGARVE: 301 404 001
PORTO: 222 224 000

COVILHÃ: 215 000 400
VISEU: 331 430 410
MADEIRA: 213 222 000 | 913 110 000

SÃO MIGUEL: 294 888 900
TERCEIRA: 213 010 940
www.sogemave.pt



Atendimento personalizado
em todas as etapas do processo
de produção e distribuição
de produtos e serviços

TRIVALOR
FACILIDADE



A caminho do Natal...

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

COVID-19

Vacinas evitaram mais de 250 mil mortes na União Europeia

As vacinas contra a covid-19 evitaram mais de 250 mil mortes em 2021 na União Europeia (UE), onde se estima que a “long covid” tenha afetado cerca de 25 milhões de pessoas, adianta um relatório europeu. “Estima-se que as vacinas tenham evitado mais de 250 mil mortes em toda a UE apenas em 2021, embora as taxas de vacinação entre grupos vulneráveis tenham permanecido bastante baixas em alguns países”, refere o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Comissão Europeia (CE) sobre vários indicadores de saúde nos anos da pandemia.

O documento diz que um dos efeitos colaterais positivos da pandemia é que ajudou a aumentar a cobertura da vacinação contra a gripe sazonal entre idosos e outros grupos vulneráveis, apontando o exemplo da Dinamarca, onde a cobertura de vacinação entre pessoas com mais de 65 anos aumentou 23 pontos percentuais em 2020 em comparação com 2019, chegando aos 75%.

A OCDE e a CE alertam também que a “long covid” - a permanência de sintomas após a infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2 - “surgiu como uma nova condição crónica que exigirá mais investigação para melhorar o diagnóstico e o tratamento e uma coordenação entre prestadores de cuidados primários e especialistas” de saúde.

“As estimativas preliminares indicam que pelo menos 10% das pessoas infetadas com covid-19 experimentam alguns sintomas de “long covid” que duram mais de um mês, o que significa que afetou e possivelmente continua a afetar mais de 25 milhões de pessoas em todos os países da EU”, avança o relatório.

Os dados agora divulgados referem ainda que os atrasos no rastreio do cancro durante os primeiros anos da pandemia levaram a que muitos doentes oncológicos fossem diagnosticados em fases mais avançadas, “tornando o seu tratamento mais complexo e reduzindo as suas hipóteses de sobrevivência”.

“As taxas de rastreio do cancro da mama diminuíram na maioria dos países da UE em 2020, com uma redução média de 6% em 16 países da UE com dados disponíveis. A redução foi geralmente maior nos países que já tinham taxas baixas antes da pandemia”, adianta o documento.

Os dados indicam que a Dinamarca, Finlândia e Irlanda estão entre os poucos países que não suspenderam os seus programas de rastreio do cancro em 2020 e, por isso, “não sofreram uma queda significativa no rastreio do cancro da mama”.



“Os diagnósticos e tratamentos tardios do cancro têm custos elevados, tanto para os doentes como para os sistemas de saúde. Adiar o tratamento cirúrgico para cancros comuns aumenta o risco de morte em cerca de 7%, enquanto adiar a quimioterapia ou a radioterapia em quatro semanas aumenta o risco de morte em até 13%”, alerta a OCDE.

O relatório refere também que, em 2020, foram realizados menos dois milhões de intervenções cirúrgicas programadas (como cirurgias às cataratas e à anca e joelho) do que em 2019 nos países da UE, aumentando os tempos de espera dos doentes.

“Muitos países da UE disponibilizaram fundos adicionais para fazer face a estes atrasos, mas o principal constrangimento ao aumento do volume de procedimentos tem sido a escassez de trabalhadores da saúde”.

O relatório considera positivo o rápido desenvolvimento de teleconsultas no início de 2020, que ajudou a manter o acesso aos cuidados de pessoas com doenças crónicas, mas alerta para os riscos do aumento das desigualdades em saúde, através da exclusão digital de pessoas mais velhas, mais pobres e que vivem em zonas rurais.

Ao nível da saúde mental, em vários países europeus, como a Bélgica, a Estónia, a França, a Suécia e a Noruega, a percentagem de jovens que reportam sintomas de depressão mais do que duplicou durante a pandemia, atingindo níveis de prevalência pelo menos duas vezes mais elevados do que nas faixas etárias mais velhas.

Ótima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL